

Tales Katzer Segatto

**ESTADO NOVO: BARGANHA COMERCIAL E NACIONALIZAÇÃO DOS
“SÚDITOS DO EIXO”**

Trabalho de curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Prof^a. Ms. Mariana Dalalana Corbellini

Santa Cruz do Sul

2023

Dedico ao Dr. Getúlio Dornelles Vargas,

cujo indivíduo tinha tudo para ser o melhor líder nacional da história brasileira,

isso na minha visão inocente dos 14 aos 17 anos de idade,

mas que preferiu deixar uma cicatriz profunda e impossível de disfarçar,

mediante ao sofrimento de meus irmãos e irmãs.

AGRADECIMENTOS

Eu agradeço a Deus e, logo em seguida, a Santíssima Virgem Maria, os quais são uma fonte eterna de inspiração e alimento espiritual para as jornadas mais difíceis da vida.

Segundamente, a meus pais, que me apoiam e criticam nesses meus 23 anos de vida e que, como filho, tenho o dever de honrá-los.

Em seguida, aos meus antepassados germânicos, itálicos e pomeranos (e talvez poloneses e austríacos), que vieram ao Brasil em busca de uma segunda oportunidade de vida, diante das desgraças que aconteciam no Velho Mundo (Europa) durante o século XIX e que eu estou aqui para representá-los.

Ao meu primo de terceiro grau e irmão de sangue italiano, Leonardo Bavaresco, que me ajudou imensamente na universidade e que, dentro do possível, sempre éramos colegas de trabalho, além de eu ter o ajudado em adquirir 15h do núcleo flexível em apenas 5 min (tempos bons durante a pandemia para conseguir as malditas horas do núcleo flexível).

Ao meu amigo Vitor Burin e irmão italiano de Nápoles, enquanto eu de Vêneto, com relação a carona e as atividades e provas da universidade, bem como, queria saber quem eu era de verdade.

Ao meu amigo Antônio, que preferia a minha ajuda, ainda que eu não soubesse bem a cadeira, pois sabia das minhas capacidades, além de que, com a sua confiança, conseguimos fazer todas as questões, trabalhos e provas juntos.

A meu professor de espanhol Luis Constantino, que recomendo a todos aprenderem espanhol, sem mencionar, os livros que me emprestou para o TCC.

A Professora Mestre, e futura Doutora, Mariana Dalalana Corbellini, cujo apoio, colaboração e, o mais crucial, coordenadora de meu Trabalho de Conclusão de Curso se fez concretizar esse trabalho.

Aos professores Mestre Rafael Kirst e Doutor Bruno Mendelski, e demais professores, os quais tinham a paciência de me escutar e me indicavam obras acadêmicas, com o intuito de honrar a academia.

As doutoras Priscila Perazzo e Andrea Rahmeier, cujas pessoas foram atenciosas em tirar dúvidas pelo email para esse meu TCC. Além disso, ambas acadêmicas precisam que seus trabalhos sejam mais reconhecidos, devido as informações reveladoras, seja no caso da Perazzo com os campos de concentração, seja a Rahmeier com a política externa brasileira com a Alemanha.

Ao apoio de amigos, os quais me apoiaram, sendo que alguns tiram dúvidas comigo sobre esse tema.

E claro, ao Discovery Channel ou o National Geographic (não me recordo qual era), que quando eu tinha entre 8 e 10 anos de idade, vi um fim de documentário sobre a Segunda Guerra Mundial e um dos fatos que eles disseram foram que os alemães eram os vilões, fazendo-me perguntar: “como os alemães são os inimigos se eu sou um descendente de alemão?” Por uma questão de inocência, pois eu era uma criança, e eu não conhecia o nazismo e seus crimes nesse conflito mundial, porém, foi neste exato momento que eu despertei meu amor pela cultura germânica e pena pelos meus irmãos mortos em campo de batalha e pela lavagem cerebral que sofreram por Hitler, sejam cidadãos, sejam soldados. Digo isso, uma vez que compartilhamos as mesmas raízes da árvore germânica.

RESUMO

Este trabalho aborda o Estado Novo no Brasil sobre o processo de assimilação cultural dos “súditos do Eixo” e a política de barganha comercial com a Alemanha e os EUA. As dificuldades presentes na Segunda Guerra Mundial, fizeram Getúlio Vargas, então governante do Brasil, tomar medidas nacionalistas para garantir a independência de Estado, as quais, interferiram diretamente na vida cotidiana desses descendentes do Eixo. A nacionalização desse grupo se consiste no foco dessa monografia, que explana os instrumentos jurídicos (decretos-leis), como forma de perseguição e promoção da unicidade cultural brasileira. No tocante, a política comercial, Vargas habilmente usa a equidistância pragmática como forma de atender os interesses internos e externos, sem que um lado ficasse de fora, compreendendo a complexidade e exigência das partes. A instalação dos campos de concentração no país se configura como meio de isolamento social, além do trabalho mostrar a justificativa e as condições dos campos contra os “súditos do Eixo”. A metodologia tem o positivismo, referenciando-se em fontes primárias e secundárias, por meio de uma explicação imparcial dos fatos ocorridos, a fim de entender melhor o Estado Novo. As conclusões deste trabalho frisam os acontecimentos daquela época como pretexto de agir e assegurar a unidade nacional que Getúlio Vargas almejava no Estado Novo. Igualmente, as políticas de assimilação e perseguição contra os descendentes do Eixo e a maestria pragmática no âmbito econômico de alcançar objetivos e alianças. Logo, a pesquisa estuda um período essencial da história brasileira e suas consequências.

Palavras-chaves: Campos de concentração. "Súditos do Eixo". Equidistância pragmática. Estado Novo. Nacionalização.

ABSTRACT

This work addresses the New State in Brazil regarding the cultural assimilation process of the "Axis subjects" and the commercial bargaining policy with Germany and the USA. The difficulties present in World War II led Getúlio Vargas, then ruler of Brazil, to take nationalist measures to ensure the state's independence, which directly interfered with the daily lives of these Axis descendants. The focus of this thesis is the nationalization of this group, explaining the legal instruments (decrees-laws) as a means of persecution and promotion of Brazilian cultural unity. In terms of commercial policy, Vargas skillfully uses pragmatic equidistance to address internal and external interests without leaving one side out, understanding the complexity and demands of both parties. The establishment of concentration camps in the country serves as a means of social isolation, and the work also explores the justification and conditions of the camps against the "Axis subjects." The methodology adopts positivism, referencing primary and secondary sources, through an impartial explanation of the events to better understand the New State. The conclusions of this work emphasize the events of that time as a pretext to act and ensure the national unity that Getúlio Vargas aimed for in the New State. Similarly, it examines assimilation and persecution policies against Axis descendants and the pragmatic mastery in the economic sphere to achieve goals and alliances. Thus, the research studies an essential period in Brazilian history and its consequences.

Keyword: Concentration camps. "Axis subjects". Pragmatic equidistance. New State. Nacionalization.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Sanções da delegacia de Caxias do Sul contra os “súditos do Eixo”	42
Mapa 1 - Mapa da década de 40 com a localização dos campos	67

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Relação de exportação e importação do Brasil com a Alemanha e os EUA	22
Tabela 2: Filiados ao Partido Nazista em relação ao número de alemães nos estados brasileiros	50
Tabela 3: Profissão dos filiados ao Partido Nazista no Brasil	50

LISTA DE ORGANOGRAMAS

Organograma 1: Administração do Partido Nazista	48
Organograma 2: Rede nazista em São Paulo em 1934	49
Organograma 3: Rede nazista na América do Sul entre 1940-1942	52

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 Problema de pesquisa	13
1.2 Hipóteses	14
1.3 Objetivos	15
1.3.1 Objetivo geral	15
1.3.2 Objetivos específicos	15
1.4 Justificativa	15
1.5 Metodologia	16
2 A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA ENTRE A ALEMANHA E OS EUA	18
2.1 Equidistância pragmática	18
2.2 Relações comerciais e diplomáticas do Brasil com a Alemanha	22
2.3 Realinhamento do Brasil com os Estados Unidos	26
3 A NACIONALIZAÇÃO DOS “SÚDITOS DO EIXO”	30
3.1 Imigrantes e suas características	31
3.2 A política interna e a construção da unidade nacional	34
3.2.1 Polícia Política	37
3.2.2 A nacionalização dos “súditos do Eixo”	38
3.2.3 Perigo alemão	45
3.2.4 Racismo	56
3.2.5 Língua	59

3.2.6 Campos de concentração	63
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	69
REFERÊNCIAS	73

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho consiste no estudo da política nacionalista proposta pelo Estado Novo no Brasil, um período autoritário marcado pela vigilância e fiscalização do povo brasileiro em nome da segurança, ordem e unidade nacional. O tema principal está na relação do Estado Novo com os “súditos do Eixo”, nome dado em 1942 aos descendentes da etnia germânica, italiana e japonesa, os quais foram perseguidos por uma política de repressão e de nacionalização da cultura herdada de seus antepassados. Estes indivíduos foram alvo de perseguição devido a uma política repressiva e de nacionalização cultural, herdada de seus antepassados. Sobretudo, eram membros de comunidades sólidas e numericamente expressivas, ou, como foram intitulados, 'quistos raciais' (Seyferth, 1997). Essa política interna visava, como introduzido, a unidade nacional, a qual promoveria a modernização do Brasil e cessaria as brigas partidárias e ideológicas, um fato que fez justificar, por meio de uma conspiração, o surgimento do Estado Novo em 1937.

O então presidente brasileiro Getúlio Vargas, com o auxílio de organismos internos, durante o Estado Novo, concretiza de forma mais acelerada a sua nacionalização com políticas de censura e repressão aos “súditos”. Essa política interna era um plano de Estado com características fascistas (promoção do nacionalismo, censura da mídia e especialização policial) de domínio nacional para toda a população, um fato novo para a época no país. As ideias de unidade nacional eram o ponto chave do corpo administrativo de Vargas em seu trabalho e, caso fosse preciso, medidas extremas seriam adotadas para esse plano nacionalista. Especificamente, muitos descendentes de imigrantes foram atingidos diretamente, resultando no abasileiramento dos “súditos” de forma arbitrária e o desaparecimento gradual de suas culturas.

A política de nacionalização de Vargas esteve também atrelada à sua política externa. Vargas soube utilizá-la a seu favor, por causa da competição entre as duas principais potências da época, Alemanha e Estados Unidos (EUA), que viam o Brasil uma oportunidade de negócio para as suas manufaturas. A nação latino-americana, por sua vez, usufruiu dessa rivalidade para atrair investimentos e harmonizar o conflito entre os setores internos econômicos, que eram a agricultura e a indústria, sendo essa estratégia chamada de equidistância pragmática (Moura, 1980). Nesses acordos comerciais, perto da Segunda Guerra Mundial, o Estado alemão representava o maior

aliado econômico, que oferecia as melhores ofertas e condições de pagamento, porém, quando o confronto mundial começa, Adolf Hitler, chanceler alemão, não consegue mais garantir as necessidades internas de Vargas, a ponto de os EUA retomarem o seu posto de maior colaborador e aplicador econômico no Brasil.

Com a entrada do Brasil na guerra, Getúlio resolve instalar campos de concentração (Perazzo, 2009) para os imigrantes provenientes de países do Eixo (Neto, 2018) (grupo formado pela Alemanha, Itália e Japão), visto que, eles estavam impedidos de retornarem para seus lares, logo, como medida preventiva e de segurança, o governo resolve colocá-los nesses campos. De fato, a sociedade internacional não fez resistência contra o Brasil, desde que seguisse as normas internacionais de conduta e proteção aos prisioneiros de guerra. Inclusive, houve até apoio norte-americano, pois, como o Brasil passou a pertencer oficialmente ao bloco dos países Aliados¹, legitimava-se a perseguição contra esses estrangeiros, sabendo que a maioria deles eram civis e inocentes, e não soldados de combate. Logo, consistiu em um tempo difícil para a humanidade, principalmente, quando se está em guerra, que é quando as nações e soldados decidem as suas próprias leis e regras, com o objetivo de prejudicar o seu inimigo.

Por conseguinte, o trabalho visa explicar a política interna do Estado Novo e as consequências da nacionalização nos descendentes de imigrantes, além de mostrar os resultados alcançados pela política pragmática no comércio exterior e os campos de concentração para os civis do Eixo no país.

1.1 Problema de pesquisa

De que forma a política de nacionalização e perseguição do Estado Novo atingiu os “súditos do Eixo” em assimilá-los ao abasileiramento e à política de barganha de Getúlio Vargas?

¹ Eram os Aliados: Inglaterra, França, EUA, URSS, Canadá, além de forças menores (Oliveira Neto, 2018).

1.2 Hipóteses

A política interna de Getúlio Vargas funcionou como meio de exercer o seu poder máximo no Estado Novo para a construção da unidade nacional, que envolvia uma nacionalização forçada do povo. Além disso, o político tinha de ter apoio interno, como: a polícia, a imprensa e a população, para propagandear a crucial necessidade de estabelecer a unidade nacional que estava fragmentada com as revoltas políticas e disputas de poder ao longo da República Velha até o Estado Novo. Logo, com essa política interna, os “súditos do Eixo” foram os mais afetados, devido a, na visão de Vargas, serem uma ameaça para a criação do Estado-nação, tendo que tomar medidas drásticas de nacionalização das escolas, a proibição da cultura e costumes locais, a censura de clubes e grupos recreativos e, o mais importante, a negação da língua, pois ela era a responsável por manter essa rede orgânica cultural entre os “súditos”. Uma outra forma de repressão foi o estabelecimento de campos de concentração, que retiravam os estrangeiros natos do Eixo da sociedade civil, devido à visão estatal em tratar-lhes como “alienígenas”.

No tocante à política externa, foi um instrumento de barganha entre as grandes potências. Por conseguinte, o Brasil optou, ao fim, pelo apoio aos EUA, indo contra a Alemanha, que se sentiu prejudicada. O Estado alemão era, na política de Vargas, apenas um meio político-econômico necessário, até certo momento, para objetivar os interesses nacionais, como por exemplo as trocas comerciais, as quais eram mais flexíveis com este país, devido ao não uso da moeda internacional, por não haver uma cotação do algodão (diferente do que acontecia com os EUA), e porque a Alemanha não se importava em pagar mais pelos produtos brasileiros (Gambini, 1977 apud Perazzo, 1999). Assim, essa relação amistosa muda quando os norte-americanos oferecem ajuda na construção de uma siderúrgica nacional brasileira e cedem armamento bélico ao país.

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo geral

Explicar a política de nacionalização e perseguição do Estado Novo contra os “súditos do Eixo” em nome da união nacional por Getúlio Vargas e sua relação com a política de barganha na disputa entre Alemanha e EUA.

1.3.2 Objetivos específicos

- Especificar as características do Estado Novo dentro do contexto político nacional da época.
- Detalhar o objetivo de nacionalizar os descendentes de países do Eixo por meio da política interna, caracterizando as práticas e os instrumentos utilizados para tal.
- Detalhar as relações dúbias entre Brasil e Alemanha.
- Descrever e problematizar os campos de concentração existentes no Brasil à época.

1.4 Justificativa

Este trabalho tem como objetivo abordar o uso da nacionalização (assimilação) sobre comunidades estrangeiras estabelecidas e reforçar a crucialidade que uma cultura tem num país, um fator que fica claro quando um líder nacional, e seus seguidores, visa impor a sua visão político-cultural acima das culturas germânica, italiana e japonesa. Outrossim, culturas predominantes podem oferecer um risco a culturas menores, as quais, como é exposto neste trabalho, perderam gradativamente a sua riqueza original em detrimento de uma assimilação que as julgou de forma negativa para a construção de uma unidade nacional, no intuito de assegurar a segurança interna no Brasil diante dessas culturas, consideradas exóticas.

Além disso, é importante mostrar uma parte da história brasileira que se deu pelo autoritarismo varguista e verificar suas consequências deixadas aos “súditos do Eixo” no pós-guerra, já que a humilhação e o processo de nacionalização impediram que esses grupos culturais mantivessem aquela tradição, ou legado, do período pré-Estado Novo. Diante disso, este trabalho ajuda a compreender a história da política externa e interna brasileira sobre o Estado Novo, além de ser um auxílio para futuras

pesquisas acadêmicas, já que ainda há pouco conhecimento disseminado sobre aspectos relevantes do período, como a existência de campos de concentração.

E, dentro da área acadêmica, é um trabalho que ajudará a ciência nas áreas humanas, como: Relações Internacionais, Direito e História; porque trata-se de política externa e interna, leis e fatos históricos, um conjunto de referências, para a elaboração de novas teses para revelar com mais detalhes esse período de formação do Estado-nação que foi concretizado por meio da base ditatorial. E claro, no tocante, à Política Externa Brasileira, atrelada às Relações Internacionais, dar uma ênfase maior nas relações diplomáticas do Brasil com as potências daquele momento, EUA e Alemanha, pois o governo soube barganhar com elas, a fim de atingir os interesses públicos.

1.5 Metodologia

A metodologia indica os caminhos utilizados para elaboração da pesquisa. A epistemologia escolhida é o positivismo (Gil, 2002), para que sejam analisados de forma impessoal os fatos daquela realidade, ou seja, do plano nacional do Vargas em nacionalizar os descendentes de países do Eixo no Brasil, com a utilização de evidências materiais e o uso de fontes acadêmicas.

A base lógica que auxilia é a hipotético-dedutiva (Gil, 2002), porque procura evidenciar um problema com hipóteses que podem corroborá-lo, sendo que aquele consiste em compreender a política externa e interna de Getúlio Vargas a partir da perseguição aos “súditos do Eixo”, ou seja, germânicos, italianos e japoneses. Vale destacar que os dados coletados serão os meios de analisar a nacionalização contra essas pessoas. Por meio de uma pesquisa qualitativa (Gil, 2002), propõe-se verificar possíveis hipóteses sobre a repressão estatal contra esses grupos, considerados de segunda classe, para que haja uma explicação e categorização dos fatos, com o objetivo de alcançar respostas plausíveis e científicas num estudo que terá elementos sócio-históricos. Em síntese, objetiva explorar uma ideia que comprove o projeto da pesquisa sobre a política externa e interna de Vargas. O então chefe de Estado brasileiro, aqui, vê um atraso nacional, que é a falta da união nacional, e para resolver isso, acabou interferindo na vida desses descendentes de imigrantes e mudando o paradigma político na nação brasileira como um todo.

Sobre a forma de estudo, é a descritiva, tendo por resultado a produção desta monografia. Com base nos dados investigados para caracterizar os imigrantes oriundos de países do Eixo, apresentam-se as informações, explicações e conclusões sobre a violação por eles sofrida por meio do aparelho estatal, que os percebia como uma ameaça para a integridade nacional.

A pesquisa consiste em referências de caráter primário e secundário, a saber, livros, artigos científicos, biografias e autobiografias, sendo que aqueles dois primeiros tipos terão como finalidade o embasamento teórico-conceitual deste trabalho, visto que neles estão as referências principais sobre a política interna e externa do Estado Novo e seu plano nacionalista. Já os outros dois, são um complemento de pesquisa, pois eles têm como objetivo saber as ideias e experiências de pessoas que estiveram no poder, como o caso de Getúlio Vargas, ou de cidadãos comuns.

Na busca por maiores evidências científicas, a tese de doutorado, transformada em livro, de Priscila Perazzo (2009) sobre os campos de concentração no Brasil, é uma das principais obras pesquisadas. Outras obras acadêmicas centrais que serão utilizadas são a tese de mestrado desta acadêmica “O perigo alemão e a repressão policial no Estado Novo”. Além disso, são utilizadas as obras de Ana Maria Dietrich “Caça às suásticas”, Eliane Alves “Etnicidade, nacionalismo e autoritarismo”, Marcelo Tatsch “Biopolítica na Era Vargas”, Cynthia Campos “A política da língua na era Vargas”, Andrea Rahmeier “Relações diplomáticas e militares entre a Alemanha e o Brasil: da proximidade ao rompimento (1937-1942)”, Olgário Paulo Vogt “A colonização alemã no Rio Grande do Sul e o capital social” e Gerson Moura “Autonomia na dependência”.

Dessa forma, ao longo do trabalho é conduzida uma análise histórica diante da disputa interna brasileira do agronegócio com o grupo industrial, além da rivalidade entre a Alemanha e os EUA, cujas potências da época queriam a atenção brasileira, devido as riquezas naturais desta serem de grande atrativo para o desenvolvimento interno alemão e norte-americano. Além disso, a próxima parte abarca os decretos-leis aplicados contra os descendentes de germânicos, italianos e japoneses, que, com o advento da Segunda Guerra Mundial, as repressões aumentam e que, conseqüentemente, ocorre a instalação de campos de concentração para os nativos dos países que faziam parte do Eixo. Logo, o trabalho busca explicar essas políticas adotadas no Estado Novo.

2 A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA ENTRE A ALEMANHA E OS EUA

Em primeira análise, a política externa de Getúlio Vargas consiste num plano interno pela busca do desenvolvimento nacional perdido durante a República Velha, cujo período foi comandado por uma aristocracia latifundiária que alternava o poder entre os estados de São Paulo e Minas Gerais. Com o golpe em 1930, Vargas adota uma postura pragmática de sua diplomacia para atender os interesses nacionais (não mais apenas regionais), e com isso, as novas demandas internas, ou seja, novos atores político-econômicos, como a burguesia industrial, surgem nesse âmbito de transformação política. Além disso, o país usa a diplomacia para atender às necessidades internas, usufruindo da equidistância pragmática (Moura, 1980) com o objetivo de ampliar seus mercados externos. É nesse contexto que a Alemanha nazista ascende à condição de parceira comercial do Brasil, eventualmente sobrepondo-se aos Estados Unidos, parceiro tradicional.

Em um outro ponto desse capítulo, destaca-se a reaproximação norte-americana com o Brasil, a qual resulta na vitória estadunidense com o rompimento diplomático do Brasil com o Eixo em janeiro de 1942, bem como, na entrada do país latino-americano na guerra em agosto do mesmo ano. Portanto, consiste em uma parte da história da política externa brasileira em que o governante à época, Getúlio Vargas, tentava barganhar com o confronto econômico entre as potências para atender os interesses dos grupos econômicos do Brasil.

2.1 Equidistância pragmática

Gerson Moura (1980), em sua tese de mestrado, toma a política externa do presidente Vargas como seu tema de estudo. Segundo o autor, à época, a política varguista estava em uma dimensão global turbulenta dada a crise econômica vivida após quebra da bolsa de Nova Iorque em 1929². Esse evento fez mudar o paradigma diplomático de como fazer a política externa de forma mais pragmática, tendo não apenas um país específico como orientação da atuação internacional brasileira, já que na República Velha, o maior aliado econômico era os EUA. Vale destacar que o autor

² Evento ocorrido em 1929, que os EUA presenciaram uma crise econômica, com a queda da Bolsa de Valores de Nova York, que, conseqüentemente, provocou uma crise interna, uma alta porcentagem de desemprego e que acabou prejudicou inúmeros países do mundo (Moreira, 2015).

afirma, ainda, a necessidade que as potências emergentes da época, como os EUA e a Alemanha, tinham de recursos primários para o seu setor industrial, sendo o Brasil o responsável por suprir parte da demanda interna desses países. Logo, Vargas vê uma vantagem externa (diplomática) e interna (satisfazer os interesses nacionais) nessa disputa. Com isso, a política externa na Era Vargas é conceituada por Moura (1980) como “equidistância pragmática”, sendo o contexto político interno brasileiro o fator propulsor desse termo, devido à luta de interesses internos de grupos que queriam que seus ganhos se sobressaíssem sobre os demais. Como consequência disso, a ação estatal acontece para harmonizar esses conflitos das bases econômicas internas do Brasil, a saber, a base industrial e do agronegócio.

Além disso, o Estado, nos anos 1930, é um agente crucial na tomada de decisão interna que auxilia na administração nacional para gerar a estabilidade necessária, pois, de acordo com Leopoldi (1999), as ideias nacionalistas ganham um espaço maior. Através de um Estado forte e interventor, seria possível impulsionar o Estado-nação para a modernidade e solucionar os problemas sociais, além de conduzir a conduta dos agentes econômicos internos. Logo, nesse período, ainda para Leopoldi (1999, p. 116),

em áreas de políticas macroeconômicas fundamentais foi-se formando um grupo técnico, uma elite burocrática, que atuava nas agências recém-criadas e nos novos ministérios (Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e Ministério da Educação e Saúde).

Getúlio Vargas, então presidente do Brasil, enfrentava um problema econômico e social com a Crise de 29, perpetrada pelo fracasso do liberalismo econômico de livre-comércio. Essa crise permitiu a ascensão de novos grupos de interesse, atrelados aos industriais, urbanistas e estadistas (técnicos e militares), como dito anteriormente, que se constituíram nos nacionalistas, diferente dos agroexportadores. Amado Cervo (2003) confirma essa decadência liberal no sistema internacional, pois antes, o Brasil não tinha opção de se desenvolver em outros setores, focando-se no modelo agroexportador para atender às demandas dos países centrais. Nesse ínterim, grandes latifundiários detêm o monopólio político e econômico da nação, além de retardar um possível avanço em mercadorias manufaturadas (que eram importadas), as quais precisariam do setor secundário para essa tarefa.

Cervo (2003) continua dissertando que a sociedade estava estratificada entre os grandes proprietários de terra e os demais membros, incluindo trabalhadores livres, ex-escravos e imigrantes. A maioria destes indivíduos possuía uma mentalidade voltada para a agricultura como principal forma de subsistência. O autor afirma que, além de nesse modelo agroexportador haver uma dependência nacional para com as grandes nações, excluía classes menos favorecidas na tomada de decisão política, existindo, de efeito, uma elite social exclusivista. Portanto, para reverter essa situação, foi preciso transcórrer um colapso econômico para elevar o prestígio de outros segmentos sociais com uma posição nacionalista contra o sistema pré-1930. Esse segmento, como dito antes, detinha, também, a massa, a burguesia nacional e intelectuais com ideias revolucionárias, que defendiam a industrialização para suprir seus interesses. Com isso, segundo Diniz (1999, p. 30):

[...] a principal mudança foi o deslocamento do seu eixo do pólo agroexportador para o pólo urbano-industrial. No plano político, verificou-se o esvaziamento do poder dos grupos interessados em manter a preponderância do setor externo no conjunto da economia, paralelamente à ascensão dos interesses ligados à produção para o mercado interno. Em outros termos, configurou-se uma mudança na coalizão de poder mediante o ingresso de novos atores, as elites industriais emergentes, ainda que as antigas elites não tenham sido desalojadas. Coube ao primeiro governo Vargas administrar esse processo de transição.

Conforme Moura (1980), diante desses fatos, em 1934, o Conselho Federal do Comércio Exterior, órgão coordenador da política comercial brasileira, decide usufruir o livre-cambismo³ (método americano) e o comércio compensado⁴ (tática nazista) para atender os interesses desses segmentos internos. Esse contexto serviu para harmonizar o conflito sobre qual país deveria receber uma maior atenção econômica, sem que o governo rompesse o comércio com a Alemanha ou com os EUA. De fato,

³ A interferência governamental mínima, ao negar sentido econômico às fronteiras nacionais e defender o comércio livre, bem como se opor a barreiras alfandegárias, busca promover a ampla liberdade comercial. Essa liberdade favoreceria a especialização internacional e estimularia a competição, facilitando a expansão dos mercados. No século XIX, o livre-cambismo foi amplamente difundido, embora desde o início tenha sido criticado por favorecer apenas as nações industrializadas, impedindo, na prática, que os outros países se industrializassem (Sandroni, 1999).

⁴ A Alemanha adotava um sistema de comércio compensado caracterizado pelo uso de marcos bloqueados ou não conversíveis como forma de pagamento pelos produtos. Isso implicava que, ao vender um produto para os alemães, o país não recebia moeda conversível, mas sim marcos bloqueados, os quais obrigavam o país vendedor a adquirir produtos germânicos em troca. Dessa forma, a importação de um produto pela Alemanha era sempre seguida pela exportação de outro, de igual valor, buscando manter um equilíbrio perfeito entre as importações e exportações alemãs. (Neves, 2016).

ambas as potências da época disputavam a atenção do Brasil para absorver suas riquezas naturais, principalmente, no que diz respeito aos produtos primários, e exportar suas manufaturas. E foi essa competição de um mercado específico (Brasil) e da rivalidade interna que fez surgir o conceito da “equidistância pragmática”. Ademais, Gerson Moura (1980, p. 100) confirma que:

[...] há uma dimensão política importante na *equidistância pragmática*: mais do que obter vantagens comerciais, ela serviu para aumentar gradativamente o preço que se poderia cobrar, caso um alinhamento mais íntimo a uma das potências fosse reivindicado no futuro.

Dessa forma, como o autor afirma, a equidistância pragmática era adotada para se ter vantagem sobre as potências (Alemanha e EUA) e quem aceitasse um preço elevado sobre a mercadoria recebia a atenção do Brasil, logo, acabava por ter uma relação mais próxima com o país latino-americano, além deste usufruir dessa competição para os seus lucros e barganhar sobre a situação de disputa comercial.

As decisões de Vargas, também, precisavam ser precisas durante essa relação pragmática, sem que houvesse um momento precipitado e irracional na negociação com essas potências, a saber, não haver uma preferência e, sim, um ponto de equilíbrio nos negócios de ambas as partes. Ou, como afirma Moura (1980, p. 108-109):

Seu método para tratar essas disputas consistia em aguardar que todos os ângulos das posições divergentes estivessem perfeitamente claros e em evitar decisões precipitadas, avaliando cuidadosamente as possibilidades inerentes a cada situação. O importante era manter, na medida do possível, a equidistância pragmática.

Com as informações coletadas sobre a característica da equidistância pragmática, um dado estatístico deixa bem claro essa vontade do governo varguista de estar em interdependência com os EUA e a Alemanha. De acordo com Seitenfus ([1995?], apud Pinheiro, 1995), as relações comerciais nos anos de 1935, 1936, 1937 e 1938 revelam as porcentagens de exportação e importação do Brasil com os EUA e Alemanha, como pode ser visto na Tabela 1, a seguir:

Tabela 1: Relação de exportação e importação do Brasil com a Alemanha e os EUA

DIVISÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL ENTRE OS ESTADOS UNIDOS E A ALEMANHA (em % calculados com base em números absolutos de libras-ouro)				
	Importação de		Exportação para	
	EUA	Alem.	EUA	Alem.
1935	23.4	20.4	39.4	16.5
1936	22.1	23.5	38.9	13.2
1937	23.0	23.9	36.2	17.1
1938	24.2	25.0	34.3	19.1

(Fonte: Sociedade das Nações, *Statistiques du Commerce International, 1934-1939*, citado integralmente por R. Seitenfus, *op.cit.*, p.18.)

Fonte: Seitenfus ([1995?] apud Pinheiro, 1995).

Essa tabela comprova o compromisso pragmático que o Brasil tinha com as duas potências, demonstrando uma ascensão comercial com o Estado alemão, tanto em importação quanto exportação, fazendo diminuir nesse processo a participação norte-americana nas relações comerciais brasileiras.

2.2 Relações comerciais e diplomáticas do Brasil com a Alemanha

De acordo com Rahmeier (2009), citando alguns autores (Seitenfus, 2003; Stackelberg, 2002; Kothe, 1997; Hilton, 1977) afirma que, no tocante ao comércio entre Alemanha e Brasil, o país germânico tinha uma estratégia de ser autossuficiente em matéria-prima e em mercadoria industrial, caso ocorresse um bloqueio econômico. Com isso, a Alemanha acabava por preferir os Estados latino-americanos por sua grande fatura de matérias-primas, para o desenvolvimento do povo e da indústria alemãs, bem como servir os seus produtos manufaturados para o consumo interno para essas nações latino-americanas (Rahmeier, 2009). Além disso, a autora reforça que essa relação comercial fazia o Estado alemão ter medo de perder esse mercado aliado forte, principalmente o Brasil, para uma eventual crise internacional ou nacional e, também, ser cético com o interesse norte-americano em adquirir esses mesmos recursos para o seu desenvolvimento nacional. Essa informação se confirma visto que o próprio Joaquim von Ribbentrop, Ministro das Relações Exteriores da Alemanha, em 1940, enviou um comunicado para as missões diplomáticas na América Ibérica para que houvesse um reforço nas relações comerciais (Rahmeier, 2009). Um outro fato

que fortifica essa relação comercial dos nazistas com a América Latina consiste no memorando do diplomata alemão Pamperrien (1968 apud Rahmeier, 2009, p. 230):

Além disso, Pamperrien enviou um memorando sobre a conferência de Havana⁵, em 16 de julho de 1940, aconselhando os diplomatas para que tentassem intervir junto aos governos em que estavam atuando no sentido de impedir a concretização da formação de um cartel econômico, pois ele teria como verdadeiro fim destruir os laços econômicos entre a América Latina e a Alemanha. Também consta neste documento que o Brasil é particularmente importante para o suprimento de matérias-primas na Alemanha.

Para haver essa união comercial duradoura, a Alemanha teve de utilizar meios econômicos questionáveis, como a desvalorização da moeda (para melhorar as exportações), *dumping*⁶ e pactos bilaterais compensados (Bettelheim, 1971, apud Moura, 1980). Isso era visto de forma desleal pelos EUA, sem mencionar os subsídios feitos pelo Estado nazista e o instrumento de compensação, os quais ajudavam o Brasil a garantir saldos favoráveis e, depois, usufruir na compra de manufaturas do país europeu (Moura, 1980). Outro fator que fazia o Brasil unir-se comercialmente à Alemanha, era o câmbio baixo de sua moeda, algo que numa economia de livre-comércio dificultava na importação de produtos e no pagamento imediato, o que poderia resultar em um aumento da dívida externa com outras nações, como foi o caso brasileiro com os EUA, que, inclusive, tentava negociar esse *déficit* (Moura, 2012).

Diante dessa situação de não perder os fornecedores de insumos, a Alemanha inaugura uma conferência em 12 de junho de 1939, cujo nome era a *Iberoamerika-Konferenz* (conferência Ibero-Americana), em que determinava a neutralidade das nações latino-americanas em uma ocasional guerra (Harms-Baltzer, 1970, apud Rahmeier, 2009). Rahmeier (2009) continua afirmando que a conferência foi adiada e, meses depois, devido à invasão da Polônia pela Alemanha, além da declaração de guerra ao Estado germânico vinda da Inglaterra e da França, não aconteceu o encerramento por completo de todos os assuntos em pauta. Porém, algo ficou claro,

⁵ Segundo Santos (2005), essa Conferência de Havana se decidiu que toda tentativa contra a integridade do domínio de uma nação americana, mediante de uma potência transcontinental seria afirmada como um ataque aos demais. Além de impedir a influência europeia (Alemanha, neste caso) sobre o continente americano.

⁶ Prática que coloca o custo da mercadoria abaixo de seu preço de mercado, a fim de prejudicar a concorrência, que pode ser tanto o importador, quanto os demais exportadores desse mesmo produto, ou similar (Silva, 2005).

a neutralidade latino-americana sobre um confronto (Pommerin, 1977, apud Rahmeier, 2009).

No tocante à diplomacia, houve um momento de desgaste diplomático entre os países, mas não militar e econômico, quando houve a proibição do Partido Nazista no Brasil em 1938. Mais especificamente, a proibição dizia respeito a todos os partidos estrangeiros, e estava disposta no Decreto-Lei n. 383, de abril daquele ano, o que desagradou o embaixador alemão no Brasil, Karl Ritter, pessoa de personalidade forte e de alta lealdade ao Partido Nazista. Essa lealdade do embaixador pode ser confirmada, segundo Seitenfus (2003 apud Neto, 2013), que o Partido era a Alemanha, além de que, todos os ataques diretos ao Partido, configuravam-se uma agressão ao *Reich* alemão. Conforme Rahmeier (2009), no entanto, a Academia tradicionalmente entende que o desentendimento se deu por conta da campanha de nacionalização e do tratamento dado aos descendentes e nativos alemães no Brasil. Apresentando documentos da época de troca de informações do embaixador com o Ministério das Relações Exteriores da Alemanha (*Auswärtiges Amt*), a questão da nacionalização, neste caso, estava em segundo plano.

Depois desse primeiro incidente, o segundo ato agrava o relacionamento dos países em maio de 1938, por conta do golpe mal-sucedido da Ação Integralista Brasileira (AIB), ou dos Integralistas⁷ brasileiros, que levou a imprensa a interpretar que houve a participação de alemães. Consequentemente, o governo brasileiro fez detenções de cidadãos estrangeiros, precisando da intervenção do embaixador Karl Ritter, com o objetivo de amenizar a situação. Esse incômodo fez o Brasil se retratar que não havia provas do envolvimento alemão na tentativa de golpe. Mesmo assim, nada impediu que o embaixador Ritter fosse considerado *persona non grata*, algo que a Alemanha fizera igual com o embaixador brasileiro em seu país, Muniz de Aragão. Esse desentendimento diplomático só foi resolvido no dia 1º de junho de 1939. Dessa forma, a volta das relações diplomáticas se deu pela Alemanha, a fim de garantir o maior parceiro do continente com as suas matérias-primas para o desenvolvimento

⁷ Segundo Trindade (1974, apud Fagundes, 2014, p. 159), “a Ação Integralista Brasileira foi fundada oficialmente em 7 de outubro de 1932 por Plínio Salgado. Os militantes do partido deveriam estar sempre vestidos de camisas verdes com gravatas pretas: daí serem chamados de ‘camisas-verdes’. Utilizavam como símbolo a letra do alfabeto grego sigma (Σ), que na matemática é utilizada para realizar o cálculo integral, numa alusão à necessidade de integrar todos os brasileiros. Estavam organizados em milícias e realizavam desfiles e marchas militares de caráter militar. A palavra de origem tupi-guarani *anauê* era usada como saudação, que deveria ser feita com o braço direito estendido.”

nacional, bem como, o Brasil não perder um forte cliente para atender os seus interesses internos (Rahmeier, 2009).

Entretanto, fato é que esse episódio conturbado esteve atrelado a uma questão diplomática, e não militar e econômica. Na área militar, o governo brasileiro chegou a fazer um contrato para a aquisição de armas alemãs em março de 1938, além de que ganhou a permissão da Alemanha para fiscalizar a mercadoria em outubro do mesmo ano, uma fase instável diplomaticamente, pois um mês antes, Karl Ritter era considerado *persona non grata*. Ainda assim, no tocante à relação comercial, segundo Hilton (1977, apud Rahmeier, 2009), no mês de novembro de 1938, para o qual haveria uma expectativa de diminuição do comércio por causa ainda do transtorno diplomático, mostrou-se o oposto disso, com a embaixada alemã aumentando 15% da cota de importação do algodão brasileiro e 10% nos demais produtos. Isso se comprova, como mostrado antes, pela não diminuição na porcentagem de importação e exportação junto com a Alemanha nos anos de 1936 até 1938, por meio da Tabela 1⁸, a qual mostra essa constante crescente dos laços comerciais de ambas as partes

Depois da volta da estabilidade diplomática entre as nações, não durou muito tempo, especialmente já no início da Segunda Guerra Mundial, para a Alemanha perceber um afastamento do Brasil, porque este não estava garantindo, por meio do relacionamento com o país europeu, os seus interesses internos, que era haver o desenvolvimento da siderurgia e na expansão do armamento bélico. Nesse ínterim, em 1940, o Brasil adota uma “condescendência pragmática” com o país europeu, para, enfim, aproximar-se cada vez mais dos EUA. Esse conceito, elaborado por Letícia Pinheiro (1995)⁹ trata do momento em que Vargas faz o seu discurso no *Minas Geraes*, como forma de provocação, dando a entender que o Brasil poderia aliar-se com o Eixo. No entanto, os EUA tomam a dianteira e começam a formalizar o quanto antes acordos que representavam os interesses do Brasil a partir desse momento e dos anos consecutivos. Vale destacar que, com o bloqueio naval inglês no Oceano Atlântico e os recursos para fins de guerra, a Alemanha não atendeu às exigências brasileiras, um fato que o governo brasileiro percebeu e utilizou para atrair os norte-americanos. Inclusive, foi nesse período que o Brasil conseguiu conquistar os seus

⁸ Seitenfus ([1995?] apud Pinheiro, 1995).

⁹ Pinheiro (1995) discorda de Moura (1980) sobre até que ano perdurou a *equidistância pragmática*, sendo para aquela 1940, e para este, 1942.

maiores objetivos: a siderurgia (1940) e os armamentos (1942). Interessante, segundo Moura (1980, p. 185), é que “os maiores ganhos da política externa do governo Vargas tenham ocorrido no período de quebra da equidistância pragmática e não durante sua vigência”.

2.3 Realinhamento do Brasil com os Estados Unidos

A política externa brasileira com os norte-americanos era similar àquela com a Alemanha, uma vez que os EUA precisavam das matérias-primas para abastecer o mercado interno e de parceiros comerciais para importar seus bens manufaturados. Nessa relação, os EUA adotam a política do Pan-Americanismo como proposta de haver uma aproximação mais racional no continente americano, deixando de lado o uso da intervenção política e, principalmente, militar, para os seus ganhos estratégicos. De fato, conforme Moura (2012), os EUA queriam expandir a sua influência junto aos países latino-americanos e restringir a presença europeia no continente, com o objetivo de ganhar mais espaço político para alianças futuras e não apenas econômicas, já que estas eram mais um instrumento de vender bens manufaturados e importar os insumos para a indústria nacional. Segundo Rahmeier (2009), com os EUA tendo medo de perder o Brasil para a Alemanha, resolveram fazer um acordo para a construção da siderurgia nacional no Brasil. Essa iniciativa norte-americana deve-se, como descrito antes, aos pronunciamentos de Vargas a bordo do *Minas Geraes* nos dias 11 e 29 de junho de 1940, que davam a entender ser um elogio ao Eixo. Vargas em seu discurso¹⁰ (1940, apud Neto, 2013, p. 380):

Marchamos para um futuro diverso de quanto conhecíamos em matéria de organização econômica, social ou política, e sentimos que os velhos sistemas e fórmulas antiquadas entram em declínio [...]. Assistimos à exacerbação dos nacionalismos, as nações fortes impondo-se pela organização baseada no sentimento da pátria e sustentando-se pela convicção da própria superioridade. Passou a época dos liberais imprevidentes, das demagogias estéreis [...]. Na comemoração de tão gloriosa data, vejo a melhor oportunidade para apontar aos brasileiros o caminho que devemos seguir, e que seguiremos vigorosamente.

Com essa preocupação, os EUA tomam a decisão de firmar os acordos necessários em setembro do mesmo ano. Um ponto a destacar-se é a demora norte-

¹⁰ Discurso do dia 11/06/1940.

americana em não ter feito o acordo antes, pois a justificativa se devia à quebra do monopólio da produção de aço no mundo. Além disso, mas como conjectura, tem-se a mídia dos americana em afirmar que a Alemanha entrava em acordo com o Brasil sobre a siderurgia, porém para o pós-guerra. Assim sendo, a política norte-americana se viu no compromisso de agilizar o acordo da indústria de siderurgia com o Brasil (Rahmeier, 2009).

Um fator que aproximou a cordialidade entre o Brasil e os EUA foi a intermediação deste para com a liberação do navio *Siqueira Campos*, retido em 21 de novembro de 1940 e liberado em 15 de dezembro do mesmo ano do confisco inglês, cujo transporte marítimo estava impossibilitado de sair por causa da carga bélica encomendada da Alemanha. Por conseguinte, os norte-americanos se viram na missão de intervir, com o argumento do Brasil mudar de lado na guerra, além do corte das relações diplomáticas (McCann, 1995; Seitenfus, 2003 apud Rahmeier, 2009). Fica evidente que nesses episódios, nos quais havia o uso diplomático, o resultado de conformidade entre as partes era de maior sucesso (Moura, 2012). Os próprios alemães admitiram que esse fortalecimento entre os dois países se mostrava como uma ameaça para a Alemanha na guerra, logo (Rahmeier, 2009, p. 258):

[...] Prüfer¹¹ enviou um longo telegrama ao AA, informando que a posição brasileira estava se alterando, fato que se tornava perceptível através de algumas atitudes. Entre elas, [...] a construção de portos e aeroportos no norte e nordeste brasileiro, com incentivos estadunidenses, a utilização destes campos de pouso por aviões dos EUA pilotados por cidadãos canadenses e ingleses em direção à África, as visitas de navios de guerra estadunidenses aos portos do nordeste brasileiro, o fortalecimento das relações pessoais entre políticos, militares e economistas estadunidenses e brasileiros. Além do aumento nas relações comerciais, tanto nas compras de produtos, quanto no auxílio financeiro na construção da indústria siderúrgica. Isto é, os EUA concederam condições vantajosas para participarem do desenvolvimento brasileiro.

Uma outra questão que fez juntar o Brasil aos EUA foi a preocupação deste com a venda de matérias-primas essenciais para a indústria bélica, as quais estavam sendo usufruídas pelos alemães. Para reverter essa situação, os norte-americanos, em 1940, estimularam o Brasil a produzir mais desses materiais cruciais, havendo um

¹¹ Curt Max Prüfer foi o novo embaixador alemão no Brasil após a saída de Karl Ritter (Rahmeier, 2009).

acordo em maio de 1941, uma vez que em outubro do mesmo ano, já havia escassez de minerais em solo norte-americano, como cobre, zinco e tungstênio (Moura, 2012).

Além disso, com o ataque em *Pearl Harbor*¹², em 7 de dezembro de 1941, Vargas, no final daquele ano, discursa sobre sua solidariedade aos EUA. Conforme Vargas (1941, apud Moura, 1980, p. 163):

Agredido um país desse hemisfério, mesmo que não fosse a nobre nação americana, a quem nos vincula um século de leal estima e estreita colaboração, seria dispensável invocar obrigações assumidas em congressos internacionais. Não subsistiriam dúvidas sobre a atitude a seguir e na primeira hora a definimos, manifestando nossa solidariedade aos EUA.

Essa preocupação com os EUA pode ser interpretada de duas formas, a primeira de garantir um acordo bélico, sendo a maior burocracia que impedia uma aproximação mais forte entre as nações e, a segunda, da crucialidade do panamericanismo, porque, conforme Moura (2012, p. 79):

Comparado com a ideologia nazista, o Pan-Americanismo apresentava muitas vantagens. Ao invés de glorificar uma raça e uma nação, ele enfatizava a solidariedade entre nações. Ao invés de promover a criação de um novo partido político nos países subordinados, o Pan-Americanismo falava em respeito pela soberania nacional. Parecia uma política muito natural, em contraste com a natureza exótica das formulações nazistas. E, do ponto de vista político, era altamente eficiente para mobilizar as nações latino-americanas na guerra contra os fascistas.

Contudo, mesmo com esses avanços durante a guerra, existiam atritos com os EUA, sendo o maior deles, a exigência de material bélico pelo Brasil (Moura, 2012). Essa questão da aquisição do material bélico era resolvida a passos pequenos, por meio de visitas e acordos comerciais, como o caso da Missão Sousa Costa aos EUA em fevereiro e março de 1942. Nessa missão ficou acordada uma aproximação maior do compromisso das nações (Moura, 1980). Dava-se a passos curtos, porém, nada impedia uma aproximação maior entre as partes.

Em 1942, os acontecimentos revelavam um contato brasileiro cada vez maior com os Aliados. Conforme Moura (2012, p. 81):

Os acontecimentos mais significativos a afetar o processo decisório na política externa brasileira em 1942 foram os seguintes: a Conferência do Rio

¹² Ataque surpresa de uma esquadra de aviões japoneses sobre a base naval norte-americana na baía de Pearl Harbor, no Haváí (Fernandes, 2019).

(janeiro), durante a qual o Brasil rompeu relações com as potências do Eixo; a missão do ministro da Fazenda Souza Costa a Washington (fevereiro/março), quando foram assinados com o governo estadunidense acordos militares e econômicos; o acordo secreto político-militar com os Estados Unidos (maio), que criou duas comissões militares mistas para planejar a defesa do território brasileiro; e a declaração de guerra contra Alemanha e Itália (agosto) após o afundamento de cinco navios mercantes brasileiros.

Portanto, a relação entre as duas potências do continente americano consegue ser resumida da seguinte forma, segundo Moura (2012, p. 117):

A aliança Brasil-EUA não era nem um resultado “natural” de elos históricos comuns entre os dois países, nem exemplo de uma “boa vontade” unilateral. A aliança era resultado de um processo de negociações continuadas e duras entre os dois países. Naturalmente, a posição desigual das partes na política internacional dava capacidades totalmente diferentes a cada uma, e levava-as a fazer reivindicações diferentes. Se o fornecimento de armas ao Brasil fortaleceria suas forças armadas, o controle militar estadunidense tanto das bases militares no Nordeste quando do tráfego costeiro brasileiro permitira o controle estratégico da América do Sul como um todo.

Foi então, a partir da reaproximação entre o Brasil e os Estados Unidos, no contexto interno da nacionalização e externo da repressão às ideologias fascistas, que se estabeleceu novo tratamento aos imigrantes oriundos dos países que compunham o novo inimigo brasileiro na Segunda Guerra Mundial.

3 A NACIONALIZAÇÃO DOS “SÚDITOS DO EIXO”

Neste capítulo, apresenta-se, o projeto nacionalista do Estado Novo getulista, cujo plano interno tinha o propósito de controle nacional sobre o povo, com especial ênfase à nacionalização dos “súditos do Eixo”, ou seja, de germânicos¹³, italianos e japoneses. Para fins de pesquisa, o trabalho se volta mais à nacionalização do povo germânico.

Primeiramente, expõe-se um apanhado histórico desses povos durante os anos 1930, como o número total de cada etnia, onde estavam distribuídos territorialmente, o seu trabalho e como eram suas localidades.

Em seguida, trata-se do processo de nacionalização, tanto de civis quanto de descendentes de imigrantes, os quais estavam divididos internamente sob territorialidades e costumes diferentes nos mais variados níveis. Esse processo é mais visível nas comunidades dos descendentes dos países do Eixo, uma vez que Vargas tem a ideia de propor medidas autoritárias para unir todos os povos sob o seu cuidado por meio de decretos-leis. Sob a sua tutela, os “súditos” foram os principais alvos da missão dessa unidade nacional.

Depois, o trabalho explica a narrativa do dito “perigo alemão”, uma conspiração que começa já na República Velha e ganha força no Estado Novo como forma de legitimar a perseguição contra os germânicos. O trabalho dá destaque para a existência de nazistas no Brasil, fossem espiões ou partidários, porém, a partir dos dados coletados, nota-se que se tratava de um pequeno grupo despreparado e com pouco apoio dos teuto-brasileiros, os quais se mostraram, em geral, resistentes e contrários aos nazistas.

Uma outra tentativa de nacionalização, dava-se de forma eugênica, cuja seleção étnica, de preferência branca, “resolveria” esse conflito étnico e promoveria capacidades laborais aperfeiçoadas para a modernização da nação brasileira. No entanto, esse racismo estatal não obteve os resultados esperados, fazendo com que

¹³ Ficou decidido neste trabalho utilizar “germânico” para dizer os teuto-brasileiros (e vice-versa), pois só podemos dizer alemães a partir de 1871, quando ocorre o Império alemão, ou a Alemanha. Além disso, a primeira onda de germânicos ao Brasil foi em 1824, ou seja, 47 anos antes da formação do Estado alemão. Inclusive, essa nomenclatura não visa confundir “alemão”, usado de forma genérica, porque esta será usada para os nativos, bem como, ter um entendido melhor ao leitor. Essa parte se percebe quando o trabalho explica sobre o *deutschtum*.

Getúlio Vargas buscassem outros caminhos, que atingissem de forma clara a cultura. Logo, a língua, fator de unidade de uma sociedade, era o caminho a ser seguido.

Ademais, outra ação vinda pelo governo durante a Segunda Guerra Mundial, com o intuito de separar os ditos indesejáveis, os “súditos do Eixo”, ocorreu quando estes foram enviados para campos de concentração, a fim de garantir a segurança nacional pela retórica dessas pessoas serem um tipo de ameaça contra o Estado brasileiro. Vale destacar, que esses sujeitos presos eram estrangeiros nativos do Eixo, e com a guerra em andamento, estavam restritos de voltarem para seus países.

3.1 Imigrantes e suas características

Para compreender a importância repressiva desse processo, é preciso contextualizar a presença dos imigrantes no território brasileiro. A primeira onda maciça de imigrantes a chegar no Brasil começa em 1877 e vai até 1930 (Schwarcz; Starling, 2015, apud Wermuth, 2020). Essa chegada de novas etnias, deveu-se ao fim do tráfico negreiro em 1850, por meio da Lei nº 581, nomeada “Lei Eusebio de Queiroz” (Costa; Barros; Souza, 2019), que, com seu desfecho, obrigou à reposição da carência de mão de obra no país, suprida até então pelo escravismo (Oliveira, 2002, apud Costa; Barros; Souza, 2019); logo, germânicos, italianos e japoneses foram alguns dos povos responsáveis por esse reforço braçal. Além disso, o governo brasileiro estabeleceu lotes de terra para a fixação dessas pessoas, que, em seguida, construíram comunidades fortes de laço orgânico, com o objetivo de manter o legado histórico de seus antepassados, sem mencionar que a omissão do Estado nessas regiões apenas reforçou o senso de união e auxílio entre os imigrantes. Também cabe comentar sobre a distribuição regionalizada dos imigrantes no território: segundo Bomeny (1999), os germânicos estavam nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Espírito Santo e Rio de Janeiro; os italianos, em Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo; e os japoneses, nos estados do Paraná, São Paulo e Pará.

A respeito da organização teuto-brasileira no Brasil, eles eram guiados pela ideia do *deutschum* (germanismo), um sentimento nacionalista que surgiu durante o século XIX entre os germânicos, sendo a ideologia responsável por criar, em 1871, o Império da Alemanha (Campos, 2006). Essa ideia de ser e pertencer à cultura alemã, fez surgir um sentimento de obrigação histórica em carregar as virtudes do povo

alemão, o qual estava enraizado nesses imigrantes quando vieram ao Brasil. Além disso, inicialmente não era socialmente bem-visto, nas comunidades germânicas, o casamento com brasileiros, por motivos étnicos e culturais (Campos, 2006).

Outrossim, de acordo com Vogt (2006), a religião era um pilar fundamental para manutenção das raízes germânicas, pois ela ajudava na administração da sociedade, na parte política e na educação. O autor ainda destaca, sobre a religião, que havia uma segregação entre os germânicos, porque existiam os católicos e os protestantes (luteranos, em sua maioria) e isso era sinônimo de rivalidade entre essas duas comunidades, sem falar no senso de competição que havia entre eles. No tocante ao aspecto educacional, nos trabalhos pesquisados, as informações coletadas revelam um estudo das localidades, assim, no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, por exemplo, a religião ajudava no ensino, visto que as pessoas mais instruídas daquela época eram os padres, freiras e os pastores (Campos, 2006; Moraes, 2017; Vogt, 2006). Além disso, na maioria das escolas, a língua alemã era o idioma principal no ensino e, para aumentar esse sentimento germânico, as matérias escolares eram sobre a Alemanha. Um outro ponto a se destacar são os clubes e associações (bolão, ginástica, tiro ao alvo, coral), que asseguravam a fraternidade das comunidades (Ficht; Probst, 2019).

No que tange ao trabalho, ou seja, à atividade laboral desse povo, esta era principalmente a agricultura, o que gerava para a economia nacional uma representação de 8%, mesmo tendo somente 0,5% do solo cultivável. Ademais, dentro do setor industrial e comercial, havia a fabricação de cervejas, charutos, tecidos, calçados, bem como o uso de mineradoras, com isso, a participação germânica na área industrial brasileira era de em torno de 10% e no comércio de 12% (Oliveira, 2011), para uma população de em torno de 800 mil no Brasil (Perazzo, 2009).

Sobre os ítalo-brasileiros, eles eram guiados pela religião católica (Azevedo, 1982, apud Seyferth, 1999). No que tange, idem, à catolicidade, era o principal ordenador político, econômico e, claro, religioso, já que era um povo profundamente católico; assim, a Igreja Católica ajudava na administração das comunidades e comunas (cidades). Outro fato acerca do papel da Igreja sobre os imigrantes, era a sua influência na área da educação, de associações beneficentes e da imprensa, assim, sem essa instituição, não haveria a fonte espiritual, e também material, para a conservação da cultura italiana. Além disso, o uso da língua nativa era comum, no

entanto, eram inúmeros dialetos, e não a língua italiana atual, já que apenas 2,5% da população falava o italiano da recém-unificada Itália (Bertonha, 2005).

A emigração ocorreu de diversas partes da Itália. No Brasil, boa parte dos italianos migrantes eram da parte norte, predominantemente a região do Vêneto. De acordo com Comiotto (2021), formou-se um novo idioma falado no sul do Brasil, o *talian*, composto pelo dialeto de Vêneto (base) com a soma de outros dialetos itálicos e palavras modificadas do português. Quanto ao trabalho, segundo Soares et al. (2011), de forma sintetizada, a maioria dos imigrantes eram agricultores, assemelhando-se ao estilo de vida tradicional do sul do Brasil à época; enquanto isso, na região sudeste (onde ficou 70% da imigração), adotaram uma vida urbana e operária. Inclusive, segundo Alvim (2000, apud Costa; Barros; Souza, 2019), os italianos foram responsáveis pela maioria da liderança dos movimentos operários no estado. Para finalizar, o número de italianos vindos ao Brasil é de em torno de 1,2 milhão entre o período de 1876-1920 (Costa; Barros; Souza, 2019).

No que tange à imigração japonesa, ela esteve em sua maioria no estado São Paulo, destinada, inicialmente, à atividade laboral das fazendas de café, as quais precisavam mão de obra para substituir a que antes era escrava. Com o passar do tempo, e em busca de vida melhor, os japoneses saíram dessas fazendas e estabeleceram-se em comunidades próprias, com estilo de vida agrário e focado na horticultura. Outrossim, uma parte dos imigrantes foi para o litoral, trabalhar em locais como o porto de Santos, o qual ofereceu um novo tipo de comércio, a pesca (Silva e Silva, 2011).

A educação, segundo Maeyama (1973, apud Seyferth, 1999), era um elemento crucial na cultura das comunidades japonesas. As escolas nipônicas auxiliavam na adoração ao imperador (representante do Pai do Império e responsável pela unidade de grupo dessa etnia), e nas comemorações festivas, como o dia do aniversário do imperador e o ano novo, respectivamente. Um outro fato que unia a fraternidade japonesa, de acordo com Handa (1987, apud Seyferth, 1999), era a imprensa, que tinha o papel de conscientizar os japoneses dentro da nação brasileira, além de valorizar esses colonos a serem pioneiros com a sua expansão dentro do território nacional, algo similar ao que ocorria com a imprensa teuta no Brasil. Com isso, o número total de imigrantes foi aproximadamente de 188 mil (1908-1941) (Saito, 1950 apud Dezem; Kimura; Paula, 2014).

Caracterizados os grupos étnicos aos quais pertenciam os “súditos do Eixo”, cabe explicar o surgimento do Estado Novo e suas motivações políticas.

3.2 A política interna e a construção da unidade nacional

A política interna de Vargas, segundo Perazzo (2009), aspirava o desenvolvimentismo, a saber, formar o Estado-nação que faltava, e isso seria por meio de uma política nacionalista e com uma economia de base industrial e fundamentada no consumo interno. O Estado Novo tem dentro de seu *status quo* o projeto político-cultural que organizava o Estado a querer o progresso interno necessário para haver bases suficientes de modernização nacional, ou seja, Vargas queria uma nação moderna, autônoma e forte diante de outros países e do sistema internacional, cuja crise de 1929 abriu caminhos propícios para o desenvolvimento de um plano nacional de industrialização voltado à política externa. Com isso, essa modernização nacional fazia consolidar o plano unitário, sobrepujar a miséria econômica do povo e fazer do Brasil uma potência internacional.

Diante do plano unitário, o Estado Novo propõe a nacionalização do povo, algo que afetou diretamente os “súditos do Eixo”, que foi um plano estatal de combate à falta de unidade nacional, pois Getúlio Vargas olhava para isso como um defeito que não proporcionava o desenvolvimento nacional. A falta de unidade nacional decorria dos fatos históricos que o Brasil presenciara antes do Estado Novo, com a divisão da população em partidos e ideias estrangeiras, as quais não geraram uma solidariedade de consciência comum de dever patriótico, uma vez que esses partidos, ou até movimentos e grupos, geravam instabilidade política e nacional. Logo, o nacionalismo se confirma no discurso de Vargas, quando instaura o Estado Novo em 1937:

Quando as competições políticas ameaçam degenerar em guerra civil, é sinal de que o regime constitucional perdeu o seu valor prático, subsistindo, apenas, como abstração. A tanto havia chegado o país. A complicada máquina de que dispunha para governar-se não funcionava. Não existiam órgãos apropriados através dos quais pudesse exprimir os pronunciamentos da sua inteligência e os decretos da sua vontade.

Restauremos a Nação na sua autoridade e liberdade de ação: — na sua autoridade, dando-lhe os instrumentos de poder real e efetivo com que possa sobrepor-se às influências desagregadoras, internas ou externas; na sua liberdade, abrindo o plenário do julgamento nacional sobre os meios e os fins do Governo e deixando-a construir livremente a sua história e o seu destino (Vargas, 1937, p. 32).

Com essa busca de resultados pela unidade nacional, Oliveira Vianna, um intelectual da época de Vargas que trabalhou em seu governo, realizou uma análise sobre esse panorama brasileiro de ater-se em suas localidades, as quais abriam espaço para visões políticas diferentes das demais, preferindo, nessa situação, não se misturar com os outros povos locais no país. Com isso:

Em síntese: o povo brasileiro só organiza aquela espécie de solidariedade, que lhe era estritamente necessária e útil – a solidariedade do clã rural em torno do grande senhor de terras. Todas essas outras formas de solidariedade social e política – os “partidos”, as “seitas”, as “corporações”, os “sindicatos”, as “associações”, por um lado; por outro, a “comuna”, a “província”, a “Nação” – são, entre nós, ou meras entidades artificiais e exógenas, ou simples aspirações doutrinárias, sem realidade efetiva na psicologia subconsciente do povo (Vianna, 2005, p. 345).

Conforme Perazzo (1999), essa construção do Estado brasileiro unido, reforça-se por esses intelectuais, como Oliveira Vianna, com a sua base teórica, os quais foram peças-chave para o programa de Getúlio Vargas, pois eles apoiavam um Estado autônomo e, caso fosse cabível, um autoritarismo, com o intuito de impor uma “recuperação da nacionalidade” que estava a prestes a se construir, ou seja, um nacionalismo similar ao de regimes autoritários e totalitários na Europa. Inclusive, esses intelectuais, ou demagogos, pertenciam a famílias oligarcas, à elite, logo, tinham que estar perto de Vargas para não perderem o seu prestígio acadêmico e terem um espaço de influência para o auxílio na construção desse novo Brasil. Assim:

O Estado apresentava-se, na concepção dos ideólogos, como o agente da construção nacional e para tanto deveria ser forte, intervencionista, responsável pela determinação da ordem social, regulador das relações de trabalho e das relações sociais. Os agentes sociais só obteriam identidade coletiva se estivessem inseridos na órbita do Estado (Pécaut, 1990, apud Perazzo, 1999, p. 41).

No entanto, é sempre bom ressaltar que Vargas não foi o criador desse nacionalismo brasileiro, mas sim a República Velha; ele apenas o concretizou (Lauerhass, 1986, apud Perazzo, 1999). Esse período da República Café-com-leite¹⁴ só não conseguiu efetivar a sua agenda política, pois tinha como base o liberalismo

¹⁴ Política que se refere à República Velha ou Estado Oligárquico (1889-1930), cujas autoridades dos estados de São Paulo e Minas Gerais alternavam o seu poder no poder executivo, além de que essa expressão se deve a São Paulo ser o maior plantador de café no período e Minas Gerais ser o maior produtor de leite (Viscardi, 2001).

atrelado ao coronelismo, o que permitia uma autonomia aos estados no país, ou seja, uma fragmentação que foi resolvida com a ascensão de Vargas ao poder, e principalmente durante o Estado Novo (Bresciani, 1996, apud Campos, 2006). Além disso, sobre esse liberalismo desgastante da República nos anos 1920 à década de 1930, Boris Fausto (1999, p. 19) afirma:

[...] há um fator crucial que empurra o Brasil para o caminho autoritário, ou seja, a crise mundial aberta em 1929. Por seu impacto, a crise desmonta uma série de pressupostos do capitalismo liberal, que já não era tão liberal, e fornece uma boa justificativa, no plano político, para a crítica à liberdade de expressão, para a crítica ao dissenso, expresso na liberdade partidária, tidos como elementos que conduziram o país à desordem e ao caos.

Em síntese, Getúlio Vargas preparava um Estado brasileiro centralizado para efetivar a primeira ditadura de fato no Brasil, que iria de 1937 até 1945 (Diniz, 1999, p. 27):

Em primeiro lugar, deve-se lembrar o esforço de centralização e fortalecimento da burocracia estatal, processo que culminou com a instauração do monopólio burocrático sobre as decisões. Em segundo lugar, observou-se uma acentuada expansão dos poderes legislativos do Executivo, evoluindo-se para um modelo de presidencialismo forte, levado às últimas consequências com a implantação da ditadura estado-novista que resultou no fechamento do Congresso e na eliminação dos partidos políticos. Finalmente, a montagem da estrutura corporativa de intermediação de interesses introduziu o sistema de representação direta dos interesses no interior do Estado, sem a mediação partidária. Consolidou-se um modelo que atribui ao Estado papel primordial não só nas decisões relativas às principais políticas públicas, como também na administração do conflito distributivo, na definição das identidades coletivas dos setores sociais em processo de incorporação, bem como na representação dos interesses patronais e sindicais.

Com o Estado Novo implementado, a política de Estado acaba se assemelhando ao fascismo¹⁵, devido à queima das bandeiras estaduais¹⁶, em que, segundo Carneiro (2014, p. 21), “liquidava-se, na teoria e na prática, a autonomia estadual. E o fogo, mais uma vez, purificava a Nação de um dos seus ‘males’: os símbolos regionais”. A ascensão do Estado na tomada de decisão, de acordo com

¹⁵ Governo totalitário com políticas nacionalistas que utilizavam o uso da força para reprimir os adversários, além de ter o culto ao líder, sendo este o responsável pela unidade nacional contra os inimigos que instabilizavam a segurança nacional. De fato, Getúlio Vargas tinha essas características, todavia, como afirma seu biógrafo, Lira Neto (2012), era um governo corporativista-positivista.

¹⁶ Marco histórico que simboliza a não mais divisão das características políticas e territoriais, porque o mais crucial era a união de todos sob a mesma bandeira.

Lenhado (1986, apud Franchini; Vidal, 2014, p. 245), era necessária pois “vem do Estado a única voz que fala em nome de todos os brasileiros”. Destaca-se, também, um melhoramento da Polícia Política para investigar possíveis delitos, ações de perseguição política aos indesejáveis – neste caso brasileiro, aos germânicos, italianos e japoneses¹⁷ – pois não tinham as características e resistiam a essa mudança cultural de praticar hábitos brasileiros. Além do uso de uma jurisprudência arbitrária, como a sanção de decretos-leis de nacionalização forçada, e, o mais marcante de todos para os “súditos”, a censura do idioma (Vogt,2006).

Posto isto, revela-se a causa de Vargas querer instaurar o Estado Novo e suas motivações. Logo, a parte a seguir mostra, os instrumentos de repressão e homogeneização das tradições desses imigrantes, a fim de nacionalizá-los.

3.2.1 Polícia Política

Uma forma de fiscalização e perseguição contra a vida desses “súditos do Eixo” pelo Estado Novo era através da Polícia Política, cuja criação acontece ainda durante a República Velha, em 1924, com o surgimento do DOPS (Delegacia de Ordem Política e Social), a fim de determinar e reprimir os “indesejáveis” naquela época, os quais eram os sindicalistas e anarquistas (Pinheiro, 1992, apud Alves, 2006). Com isso, o Estado se hipertrofia e ganha força por meio da tática da desconfiança, a qual era muito usufruída em momentos de instabilidade nacional como forma de legitimar a prisão dos suspeitos (Perazzo 1999). Em 1933, segundo Xavier (1993, apud Dietrich, 2007b) a Polícia Política ganha um outro *status*, ou seja, ela recebe uma especialização, a fim de localizar as possíveis ameaças nacionais que poderiam desestabilizar a nação brasileira. Um outro ponto consiste na criação e manipulação do inimigo político pela polícia para os cidadãos enxergá-los como perigo, assim, os intrusos e suas ideologias exóticas eram um problema, a saber, ideias vindas de fora da nação; logo, os estrangeiros acabavam por ser os alvos principais. Sobre a população, ela ajudava na vigilância voluntária, a qual agilizava o processo de captura

¹⁷ Eram os principais, pois elas tinham uma cultura distinta da brasileira e viviam em grandes comunidades autônomas. Para motivos justificativos, os germânicos aprendiam a língua portuguesa como um segundo idioma, igual aos padrões de hoje com relação ao inglês. Vale ressaltar que, por azar do destino, seus países de origem formaram o grupo do Eixo na guerra, sendo mais uma justificativa de perseguição política e cultural para os fins nacionalistas de Vargas. Esses pontos serão ditos ao longo da pesquisa com mais detalhes.

do possível “meliante”, por meio de depoimentos, cartas e telefonemas, por conseguinte, o povo era persuadido pelo discurso do “perigo eminente” (Dietrich, 2007b). Com isso, o Estado autoritário se implementava aos poucos, a fim de se ter a ordem e a segurança nacional.

Diante disso, segundo Arendt (1978, apud Carneiro, 2014), partia-se do conceito inimigo-objetivo, no qual um suspeito, por ter ideias ruins, independente se esses elementos fossem reais ou não, deveria ser enquadrado a partir de crime político. Também, de acordo com Paranhos (1997, apud Carneiro, 2014), o Estado Novo, principalmente nesse período da Era Vargas, não se importava com a verdade, apenas com a criação de um mito que se tornasse genuíno, para que depois houvesse o apoio da massa nacional nessa constatação do inimigo criado. Perazzo (1999) chega na mesma conclusão, afirmando terem ocorrido falsas denúncias, as quais agradavam a polícia, já que elas iam ao encontro dos interesses nacionais de restringir ao máximo o inimigo criado. Ademais, a instituição policial se torna um meio para pôr a ordem e intervir na desordem, pois a sua missão de garantir a ordem, que é proclamada pelo Estado, justifica-se nas ações arbitrárias de controle social. E, se não bastasse isso, segundo Cancelli (1993, apud Alves, 2006), era legítimo prender a pessoa, caso ela não cometesse crime, porque a narrativa policial se explicava de uma possível prevenção contra uma violação.

Com essa importância de criar inimigos, fez-se legitimar o que ficaria conhecido como Plano Cohen, pelo qual um imaginário judeu-comunista chamado Cohen tinha um plano de impor o comunismo no Brasil, sendo essa a justificativa para a imposição do que viria a ser o Estado Novo (Fagundes, 2014). Portanto, o Estado brasileiro conseguia garantir a manutenção da ordem social através da exclusão de pessoas consideradas nocivas, que poderiam representar um tipo de ameaça à unidade nacional – fator que se expandiu e teve consequências maiores para os que ficariam conhecidos durante o Estado Novo como “súditos do Eixo”.

3.2.2 A nacionalização dos “súditos do Eixo”

Partindo de uma ideia nacionalista homogênea, Vargas decide tomar medidas fortes para retardar o avanço das tradições entre os imigrantes, tendo em sua lista os germânicos como alvo principal, um problema que as autoridades desde a República Velha já vinham definindo como tal (Campos, 2006). Nesse caso, o uso de um

*Kulturkampf*¹⁸, ao modo brasileiro, era o caminho mais racional para atingir o projeto estadonovista. Assim sendo, sobre os instrumentos utilizados pelo Estado Novo para a perseguição aos “súditos”, dá-se destaque aos decretos-leis.

Em 1938, surge o Decreto-lei n. 868, que nacionalizava de forma integral o ensino primário das escolas estrangeiras e dos descendentes (Alves, 2006). Essa lei educacional interveio na década de 30 em 2559 escolas alemãs/germânicas¹⁹. Além disso, segundo Bomeny (1999), a legislação visava nacionalizar o ensino, pois havia dois desafios: o regionalismo e os núcleos de estrangeiros. Dentro da primeira questão, o Estado deveria padronizar o ensino, enquanto o segundo ponto, haveria uma ação forte de intervir na identidade dos imigrantes, cujo objetivo era homogeneizar essas populações isoladas, tendo a nacionalização do ensino, o combate a essa tolerância das diferenças regionais. Outrossim, de acordo com Nogueira (1947, apud Seyferth, p. 118) nacionalizar era “transformar usos e costumes, mudar uma tradição cultural e social a partir da observação sociológica”, “adotando meios coercitivos sobre os que tramarem contra os interesses nacionais”.

De fato, a resistência de não aderir a cultura brasileira era um fator de ameaça, na visão do Estado Novo, pois não resultaria a modernização da nação e a unidade nacional. Desse modo, segundo Seyferth (1999), o Decreto-lei n. 406 não permitia o ensino de línguas estrangeiras para menores de 14 anos nas escolas. Em outras palavras, impedia a continuidade do idioma e de uma cultura distinta da brasileira e, em certa medida, prejudicava os alunos brasileiros, que não podiam ter acesso a outros conhecimentos linguísticos. Ao mesmo tempo, todos os estudantes deveriam aprender a história e geografia do Brasil e serem estimulados por aulas morais e cívicas, a fim de desenvolver um patriotismo e amor pelo nação, e não por seus países de origem. Em seguida, em 1939, o Decreto-lei n. 1.545 promovia um reforço sobre o uso da língua portuguesa nas disciplinas, principalmente de história, e vedava os serviços religiosos em outros idiomas que não fossem o português (Alves, 2006). Ademais, havia a obrigação de que 2/3 dos professores fossem brasileiros e de não haver diretores estrangeiros (Perazzo, 1999).

¹⁸ *Kulturkampf* (luta pela cultura, ou, atualmente, luta cultural) é um termo que denota um conflito entre autoridades religiosas e seculares, tendo como exemplo o Império alemão, quando o *Kaiser* Guilherme I perseguia a Igreja Católica. Um outro significado pode ser um conflito entre um grupo ou comunidade com ideias e costumes diferentes de uma nação (Sachsse, 1992 apud Vogt, 2006).

¹⁹ Schmidt-Elskop (1935 apud Dietrich, 2007a).

Outro meio de perseguir foi a nacionalização dos nomes de instituições, clubes, indústrias, escolas, hospitais etc., através do Decreto-lei n. 3.010 de 20 de agosto de 1938 (Campos, 2006). Inclusive, a interpretação se expandiu para lugares sagrados:

Nem mesmo os cemitérios foram poupados pelos nacionalistas mais extremados. Em alguns campos santos ocorreu uma série de atos de vandalismo com destruição de sepulturas. Os tradicionais epitáfios das lápides das sepulturas, escritos em alemão em memória do ente querido falecido, passaram a ser substituídos por um simples "aqui jaz". Mesmo inscrições existentes em templos tiveram que ser removidos ou cobertos por mantos (Röhsig, 2004 apud Vogt, 2006, p. 384-385).

Essa lei visava não apenas cumprir o plano do Estado Novo em homogeneizar o Brasil, mas justificar que havia uma relação com a propaganda nazista e fascista na narrativa das autoridades governamentais. Ademais, de acordo Oliveira (2011), em abril de 1941 foi aprovado outro decreto que restringia o nome dos nascituros que fossem estrangeiros, logo, todos esses decretos-leis aprovados pelo poder executivo, como afirma o autor, visavam uma política purificadora. Um exemplo de nacionalização de nome foi o time de futebol do Palmeiras, cujo nome de nascimento era Palestra Itália. A primeira mudança ocorreu em 27 de março de 1942 com o nome de Palestra de São Paulo, contudo, não era o suficiente para as autoridades e opositores, visto que, com a ajuda da imprensa, ressaltou-se que o substantivo "Palestra" tinha origem grega, tendo mudado para o nome definitivo, Palmeiras, no dia 20 de setembro do mesmo ano (Palmeiras, c2023).

No que diz a respeito à imprensa do Estado Novo, em dezembro de 1939, surge o DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), cuja função era censurar, confiscar e fechar qualquer veículo jornalístico de imprensa e rádio que fosse contra os interesses da nação. De acordo com Tota (1994), esse departamento estatal visava:

Centralizar, coordenar, orientar e superintender à propaganda nacional interna ou externa e servir permanentemente como elemento auxiliar de informação dos ministérios e entidades públicas e privadas, na parte que interessa à propaganda nacional.

Com isso, era uma questão de tempo para que 60 jornais em língua estrangeira, sendo 16 em alemão, 11 em árabe, 9 em italiano e 8 na língua japonesa fossem confiscados pelo Estado (Dalbey, 1969, apud Campos, 2006). Além disso, segundo D'Araujo (2000, p. 23), "a imprensa deveria ter a função pública de apoiar o governo

e auxiliar no projeto nacional, e quem assim não agisse poderia ser punido inclusive com a desapropriação de seus bens.”

Em 1942, o cenário internacional muda a política externa do Brasil, o que justifica a sanção de decretos mais firmes contra os “alienígenas”, promovendo a sua nacionalização. Isso se deve ao corte dos laços diplomáticos entre Brasil e Alemanha em janeiro, além da nação brasileira entrar na guerra ao lado dos Aliados no mês de agosto. Se, antes, a perseguição já dava os seus primeiros passos, aqui a situação fica mais delicada, portanto, o Estado fazia as seguintes restrições aos “súditos”, por meio do Decreto-lei n. 4.766, de outubro de 1942 (Alves, 2006, p. 108-109):

- 1) a execução, ou canção dos hinos alemães, italianos e japoneses;
- 2) saudações peculiares a estas nações;
- 3) a utilização dos idiomas desses países em conversas em lugares públicos;
- 4) a manifestação ostensiva e pública de simpatia à causa dessas potências;
- 5) a arrecadação de livros e materiais de propaganda política em favor desses países, existentes em livrarias, ou casas particulares;
- 6) a exibição, em lugar acessível ao público, de retratos de membros das nações do Eixo;
- 7) a reunião de súditos do Eixo, mesmo em residências particulares, para comemorações de caráter privado;
- 8) troca de ideias, ou discussão, em lugar público, sobre a situação internacional.

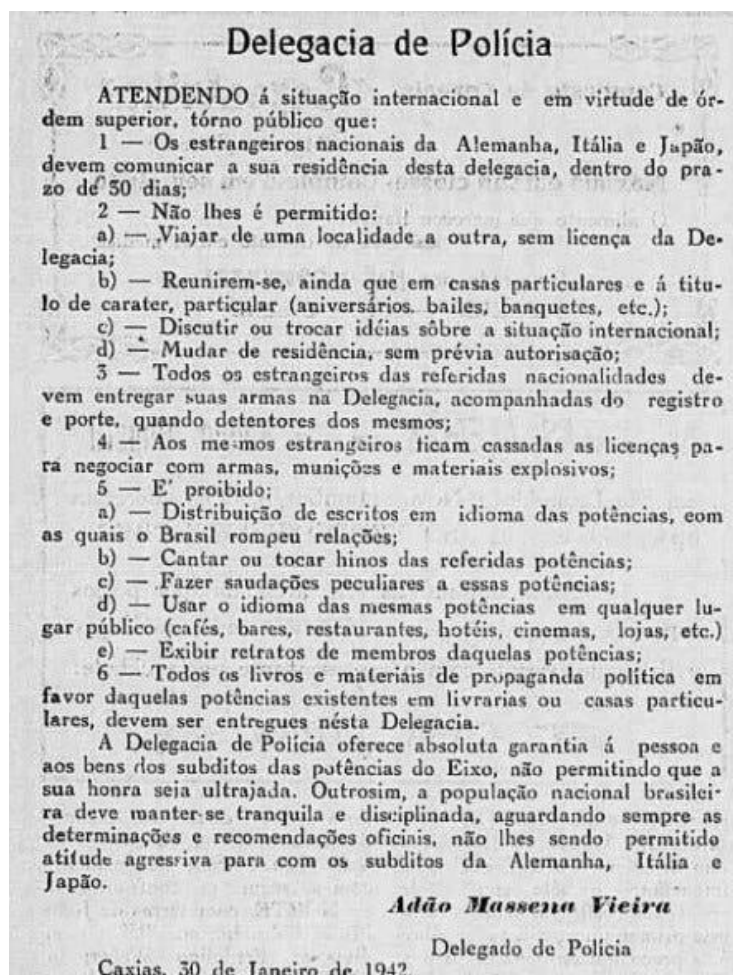
Nesse estágio de censura, percebe-se um controle maior sobre essas comunidades, a fim de conter uma possível manifestação pró-Eixo. Fato que, para o Estado brasileiro, diversos eram os motivos para prender, adentrar em casas, multar os cidadãos, mesmo que não houvesse relação com o Eixo, pois o objetivo era o combate a essas populações heterogêneas, as quais possuíam uma cultura própria, pondo em prática o abramileiramento e a nacionalização. Com essa descrição, Vargas era pragmático em seu nacionalismo diante dos imigrantes, pois com os pretextos que aconteciam a sua volta, sabia a hora de agir, pois, desde criança, percebeu que saber esperar e executar no momento exato, era o caminho da vitória, sem sair prejudicado de suas ações²⁰.

O próprio Decreto-lei n. 4.766 era ambíguo quanto à discricionariedade dos policiais. As delegacias municipais tinham autonomia para determinar as suas

²⁰ Quando criança, Vargas utilizou o tempo a seu favor para fugir do castigo de seu pai, isso se deveu, pois Getúlio não queria apanhar. Logo, com a procura dele, a raiva do pai se transformou em desespero, o que, conseqüentemente, fez Getúlio ser perdoado (Neto, 2012).

respectivas leis de perseguição, mesmo antes da sanção do decreto-lei, como pode ser visto no documento a seguir (Figura 1), datado de 30 de janeiro de 1942 (dois dias após o rompimento diplomático entre Brasil e Alemanha).

Figura 1: Sanções da delegacia de Caxias do Sul contra os “súditos do Eixo”



Fonte: Jornal A Nação (1942 apud Nunes; Lima 2019).

À primeira vista, alguns critérios de restrição são os mesmos do decreto de outubro, como não falar sobre a situação internacional, não cantar hinos ou usar o idioma do Eixo em público. Contudo, outras questões são ampliadas para garantir a segurança nacional: um desses exemplos é o salvo-conduto, uma vez que a permissão de ir e vir estava proibida aos imigrantes.

De acordo com Alves (2006), o salvo-conduto surge após os eventos da Intentona Comunista de 1935²¹ e da conspiração do Plano Cohen de 1937, abrindo, de fato, uma repressão policial para afirmar a segurança nacional. Diante dessa ordem estatal, com os acontecimentos da Segunda Guerra Mundial, decide-se que estrangeiros e descendentes do Eixo deveriam estar conforme a lei. Logo, para a pessoa que precisasse ou quisesse se locomover para ir ao trabalho, ir a uma cidade próxima ou visitar alguém próximo, deveria haver um comprovante de sua locomoção até aquele local. Isso era burocrático, pois precisava informar “dados pessoais, o local onde pretendia ficar, o motivo e a duração da viagem, o meio de transporte a ser utilizado e local onde ficaria hospedado e entregá-lo na Secção de Salvo Condutos, um setor do DEOPS” (Alves, 2006, p. 33). A justificativa desses salvos-condutos seria para impedir planos de sabotagem e transmissão de dados militares aos inimigos. No tocante a um relato de um teuto-brasileiro, Altamann (1991, apud Gertz, 2015) teve a dificuldade de ir a Porto Alegre com a esposa grávida para o nascimento de seu segundo filho, por causa da delegacia afirmar que o cidadão deveria ter solicitado 24h antes da viagem de emergência. Um outro exemplo, de acordo com Vogt (2006), são pastores impedidos de se locomoverem para a realização de cultos e atividades comunitárias.

Com alguns exemplos mostrados, fica claro que ações feitas pelo Estado Novo tinham o objetivo de intervir na vida privada e pública dos “súditos do Eixo” para colocar em prática o programa de homogeneização dos costumes sobre essas culturas distintas da brasileira. Inclusive, a geopolítica interna definia que o território nacional é do Estado, não dos descendentes de imigrantes, logo, a propriedade privada é violada, fazendo o Estado tomar atitudes arbitrárias de vigilância e controladoras da vida social dos “súditos do Eixo”. Muitos iam para colônias penais agrícolas, ou então o próprio local de moradia tornava-se prisão que impedia a movimentação dos perseguidos (Magnoli, 1986 apud Perazzo, 2009).

Além disso, de acordo com Campos (2006), o Estado Novo olhava o interior como foco especial de atenção das autoridades para implementar esses decretos-leis, devido às altas taxas de imigrantes que mantinham o legado de seus antepassados, tendo núcleos recreativos e escolas, além de ter no uso cotidiano a língua estrangeira.

²¹ Tentativa armada pela tomada do poder, a qual fez parte o Partido Comunista Brasileiro e, o apoio externo, a Internacional Comunista (*Komintern*). Além de que, esse plano tinha como liderança o Luiz Carlos Prestes (Motta, 2002).

A intervenção do Estado nessas regiões sempre tinha o objetivo de modificar o comportamento e o sentimento dos cidadãos, a saber, recriar hábitos e condutas ao modo brasileiro. A autora, inclusive, afirma que denúncias eram frequentes para quem falasse alemão, assim, vizinhos e pessoas pagas pela política local faziam a vigília para detectar o “inimigo”. As mulheres eram o alvo principal, em especial quando tinham filhos, pois elas eram as responsáveis por manter a língua viva. Logo, casas invadidas pela polícia não eram incomuns.

Ademais, os interventores estaduais reforçavam a política interna de “abrasileiramento” dos cidadãos estrangeiros, e seus descendentes. Na afirmação de Nereu Ramos, interventor de Santa Catarina:

Não pode, portanto, surpreender a quem quer que seja, tome o Estado Novo, de vez e definitivamente, providências para reintegrar dentro na alma do Brasil os que, nele tendo nascido, dela se acham na realidade apartados pela língua, pela educação, pelos costumes, pelas tradições (Ramos, 1943 apud Campos, 2006, p. 115).

Fica evidente, por meio desses exemplos, a importância da nacionalização para a estratégia de unidade nacional do Estado Novo. Max Weber (1992, apud Seyferth, 1997) compreende que os compromissos que a escola, as associações, o lar e a Igreja providenciam são fundamentais para conservar a identidade étnica de um povo, devido ao seu poder de ensinar o idioma materno e os costumes. Com isso, a língua, a cultura e a origem (laço sanguíneo daquele país) se revelam como símbolos de pertencimento.

Salienta-se, também, que toda essa vontade de nacionalizar os imigrantes provém de um sentimento forte contra a República Velha, a qual, na leitura do Estado Novo, não foi capaz de interferir nesses quistos:

Cinquenta anos de República irresponsável e alguns anos de descuido do Império permitiram que os núcleos de colonização estrangeira se transformassem em verdadeiros quistos raciais; ameaçadores de nossa soberania, centros de divulgação e irradiação de ideais alienígenas, soluções de continuidade do espírito nacional (Bethlem, 1939 apud Seyferth, 1997, p. 95).

Além de tudo, uma outra crítica intrigante, feita nos anos 30, compara que o governo brasileiro deveria ter tido uma atitude igual a dos EUA de cerceamento dos imigrantes – algo um tanto curioso, já que este país é visto como a terra da liberdade:

Em menos do que a metade de um século eles [os Estados Unidos] quadruplicaram sua população sem alterar a linha natural do desenvolvimento do país. Mas a verdade é que, sem previsão, os ianques [...] nunca entregaram regiões inteiras do país para serem abertas ao povoamento e desenvolvimento exclusivamente pelos alemães, poloneses, e italianos, como fez o incompetente governo brasileiro (Bomfim, 1935 apud Campos, 2006, p. 162).

Portanto, a perseguição, atrelada à nacionalização, ocorre em dois momentos: um que começa em 1938 e vai até 1941 e, depois, outro que vai de 1942 até o fim da Segunda Guerra Mundial. No primeiro período, o governo brasileiro vê os descendentes de imigrantes como uma ameaça ao plano de união nacional, ou seja, trata-se de uma xenofobia legalizada, a qual interveio na vida dessas pessoas, com o objetivo de abrasileirá-las de forma arbitrária. Com essa primeira fase, o segundo momento consiste em tratá-los como inimigos do Estado, devido ao rompimento diplomático com os países do Eixo e à entrada do Brasil na guerra em agosto de 1942, um fator que justifica na visão do governo federal de tomar meios mais drásticos de censura e perseguição a comunidades, cidades e regiões que se recusavam a sua assimilação à cultura brasileira (Dietrich, 2007b).

3.2.3 Perigo alemão

A narrativa do “perigo alemão” começa na República Velha com a premissa de que as regiões germânicas não se sentiam brasileiras o suficiente para aderirem a cultura brasileira. De fato, o teuto-brasileiro se via na obrigação de manter o legado de seus antepassados, pois, como dito sobre a organização desses imigrantes, o *deutschum*, reforçava esse dever patriótico de guardar a cultura, os costumes e, o mais crucial, a língua, como fontes fundamentais de ser um verdadeiro germânico, ou alemão. Além disso, a nação brasileira não aceitava essa dupla nacionalidade, assim sendo, representa uma ameaça à integridade nacional.

Intelectuais da República café com leite, como referido Sílvio Romero (o que mais se destaca no período), foram os responsáveis por propagandear essa falsa ideia. Segundo Romero (1906 apud Vogt, 2006), o germânico deveria o quanto antes assimilar-se ao brasileiro, caso contrário, os teuto-brasileiros poderiam declarar independência de suas regiões, as quais se fixaram. Com isso, o intelectual, propõe medidas arbitrárias, com o objetivo de impedir esse possível desmembramento, como,

de exemplo, proibir o uso da língua alemã em atos públicos e forçar que os colonos aprendam o português.

O que fez aumentar, também, esse “perigo alemão” foi a Primeira Guerra Mundial, principalmente, quando a Alemanha torpedeou os navios mercantes do Brasil, dando um pretexto de crítica contra as colônias germânicas por parte de alguns intelectuais. Um caso de sensacionalismo sobre esse tema, deve-se a Arbivohn (1914 apud Vogt, 2006), que em seu livro “O perigo prussiano no Brasil”, admitia que a diplomacia da Alemanha queria anexar os estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, além de que essa unidade se concretizaria com a arrecadação dos impostos federais para Berlim, e não para Rio de Janeiro. Um outro sujeito, mas que era francês e influenciou a intelectualidade do Rio de Janeiro, Rever André Chéradame (1917 apud Vogt, 2006), em sua obra “O plano pangermanista desmascarado”, denuncia um suposto plano germanista que uniria os povos germânicos num único Estado e anexaria terras na Europa Central, África e América do Sul. No tocante, a América Latina, ele menciona que os alemães eram agitados nas nações de Argentina e Brasil, mas que na parte meridional brasileira (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) era a região mais cobiçada, por causa do alto número de descendentes, em torno de 400.000, os quais mantinham as tradições e o costume de falar alemão, ou seja, em suas palavras, súditos do *Kaiser* Guilherme II. E o autor afirmava que as sociedades de tiro²² eram organizações militares, as quais, precisavam ser desarmadas.

Com essa breve explanação na República Velha, construiu-se no imaginário nacional o “perigo alemão”, que seria ressuscitado anos mais tarde.

Já no período do Estado Novo, a situação toma proporções maiores e repressivas contra os alemães e seus descendentes, visto que com o rompimento diplomático com a Alemanha, a narrativa do “perigo alemão” ganha legitimidade e reforço de países que constituíam os Aliados. Por certo, havia um grupo de espões, o qual acabava por justificar as ações arbitrárias do governo sobre o povo germânico, no entanto, com o número de agentes secretos em relação ao número total de teuto-brasileiros, não se fazia uma clara distinção real desse suposto perigo, ou mito criado. Logo, tudo estava em favor do Vargas para por em prática a nacionalização dessas pessoas.

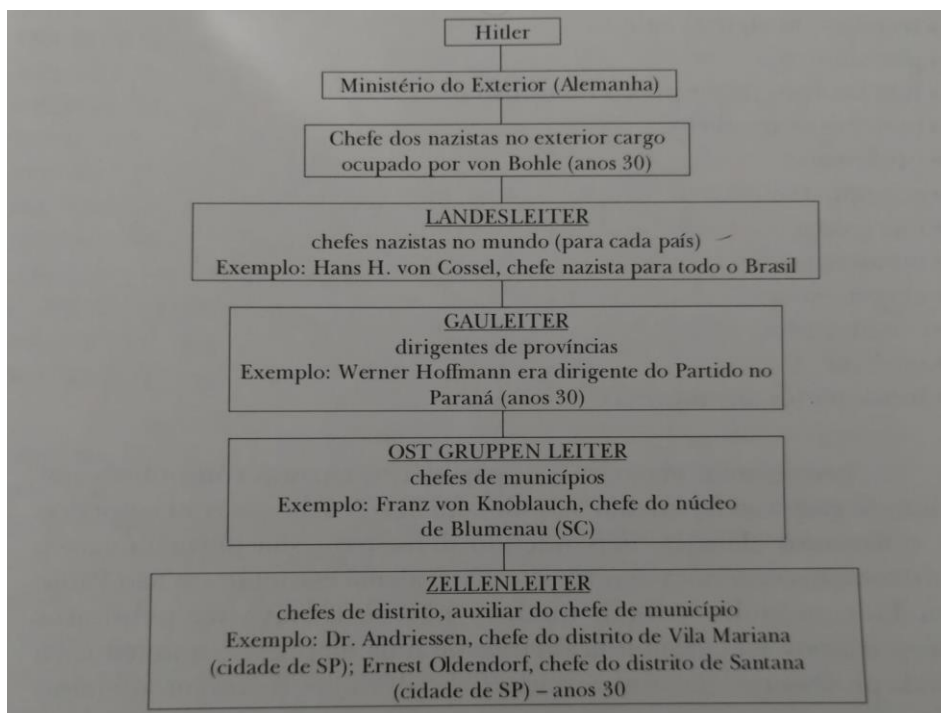
²² Essas sociedades de tiro não tinham nenhuma relação com questões militares ou paramilitares, apenas tinham a função desportivo-recreativo (Vogt, 2006).

Primeiramente, segundo Moraes (1996 apud Dietrich, 2007b), o Partido Nazista, em 1931, cria a A.O – Auslandorganisation der NSDAP (Organização do Partido Nazista para o Exterior), com o dever de comandar os outros partidos nazistas do exterior, sendo que, em 1933 se obteve o poder de ampliar a sua área de atuação externa e de exercer influência nas firmas fora da Alemanha. O partido fora do país tinha 3 principais objetivos: a disseminação da Alemanha e do nacional-socialismo; a luta pela chefia da comunidade alemã no Brasil e a espionagem de guerra. Sobre o primeiro objetivo, havia de fazer o alemão aderir o Volksgemeinschaft (Comunidade Nacional) do Adolf Hilter, ao nazismo e defender, sempre, a Pátria Mãe. Além disso, meios diplomáticos estavam, também, comprometidos na propaganda. O segundo caso, dava-se pelo sangue, pois o partido está junto a este elemento, a saber, existe uma convergência. Já o terceiro, deve-se há muitos membros nazistas a olhar o Brasil como meio de espionagem.

Outrossim, de acordo com Brepohl (1998 apud Dietrich, 2007b), o Partido Nazista agia de forma discreta, pois apenas aos alemães que possuíssem cidadania alemã podiam receber os ideais da A.O, excluindo, assim, os teuto-brasileiros. Inclusive, era recomendado a organização não se envolver na política local, além de não transmitir as ideias aos que não fossem alemães.

Com essa breve explanação dos objetivos do Partido Nazista em sua política externa no Brasil, em 1928, é fundado o Partido Nazista em São Paulo, porém, sua sede estava no Rio de Janeiro (capital federal), isso de 1931 (data oficial) até 1933. De 1934 adiante, passa para São Paulo e sofre uma mudança em sua estrutura, devido ao desenvolvimento de novas filiais em inúmeros estados brasileiros, para que houvesse um aumento de partidários. Com isso, o partido começa a ganhar corpo e estrutura dentro do país, logo, a hierarquia era feita da seguinte forma (Perazzo, 1999, p. 66):

Organograma 1: Administração do Partido Nazista



Fonte: Octávio Ramos Jr. (1942 apud Perazzo, 1999).

Esse tipo de hierarquia ocorre em 1934, pois, como explicado antes, precisava de novas filiais, assim, a organização dividia:

[...] em núcleos nacionais, estaduais e municipais, multiplicados em diretorias distintas. Foram criadas funções diferenciadas para os chefes e vice-chefes estaduais, chefes de distrito, juízes, tesoureiros, secretários e auxiliares; além de agentes responsáveis pela propaganda da ideologia nazi divulgada por rádios, jornais, panfletos, livros, boletins e músicas (Dietrich, 2007b, p. 84-85).

Portanto, o esquema se dava nessa perspectiva, a exemplo de São Paulo (Dietrich, 2007b, p. 85):

Organograma 2: Rede nazista em São Paulo em 1934

NACIONAL PARTIDO NAZISTA NO BRASIL		ESTADUAL PARTIDO NAZISTA NO ESTADO DE SÃO PAULO		MUNICIPAL PARTIDO NAZISTA EM SÃO PAULO (CAPITAL)	
Responsáveis	Cargos	Responsáveis	Cargos	Responsáveis	Cargos
Hans Henning von Cossel	Chefe em nível nacional	Karl Spanaus	Chefe geral	Christian Wiffler	Chefe geral
Karl Spanaus	Subchefe	Christian Wiffler	Subchefe geral	Otto Sinapius	Subchefe/ Chefe de Distrito
Dr. Bode	-	Rudolph Morgener	Secretário	Adolphe Heisendechel	Subchefe/ Chefe de Distrito
Herbert Sack	Secretário	Bruno Hoppe	Tesoureiro (Banco Alemão Transatlântico)	Dr. Andriessen	Subchefe/ Chefe de Distrito (Linha Santo Amaro)
Otto Braun	-	Hansen	Auxiliar (capitão, morreu na Rússia combatendo)	Dentista não identificado	Subchefe/ Chefe de Distrito
Dr. Stein	Funcionário da Bromberg & Cia.	Hoffmann	Auxiliar (Chefe da Casas Pernambucanas em São Paulo)	Sten	-
Kurt Wendel	-	Franz Wilberg	Auxiliar (empregado no Rio de Janeiro)	Fischer	(Consulado Alemão em São Paulo)
Walter Jap	-	Marx	Auxiliar	Bibler	(Escola Olinda de São Paulo)
Eduardo Sack	Gerente da Farmaco Ltda.			Horst Kellner	Auxiliar
Willy Konich	Representante E. F. Alemãs			Kolde	Auxiliar
Wilhelm Malega				Ludwigs	Auxiliar
				Klingspohr	Auxiliar (firma Funtymod)
				Gol	Auxiliar
				Bilfinger	Auxiliar
				Tietgen	Auxiliar (Banco Alemão Transatlântico)
				Jaensch	Auxiliar
				Roland Braun	Auxiliar
				Gramer	Auxiliar (diretor do Banco Alemão Transatlântico)
				Spremborg	Auxiliar (diretor do Banco Alemão Transatlântico)
				Richter	Auxiliar (Banco Germânico)
				Annelise Schmidt	Auxiliar
				Renata Kolde	Auxiliar
				Annelise Bauer	Auxiliar
				Eiberger	Auxiliar (Fogões Junker e Ruh Ltda)
				Joachim H. Landgraf	-
				Felinger	-
				Hans Lucke	(um dos primeiros simpatizantes de São Paulo)
				Kurt Kraher	-
				Bleinroth	-
				Hoffmann	(Banco Germânico de São Paulo)
				Ludwig Spiess	(procurador da firma Bremensis)
				Kurt Wendel	-

Fonte: Termo de declarações de Otto Braun sobre atividades do Banco Alemão Transatlântico. 8/8/1942. *Pront. 3421 - Hans Henning von Cossel*. DEOPS/SP, APESP.

Fonte: Otto Braun (1942 apud Dietrich, 2007b).

Além disso, segundo Moraes (2001 apud Dietrich, 2007a) o número total de filiados se registra em 2.903 membros, distribuídos em 17 estados, bem como, as informações indicam a profissão dos partidários:

Tabela 2: Filiados ao Partido Nazista em relação ao número de alemães nos estados brasileiros

NÚMERO DE FILLADOS / NÚMERO DE ALEMÃES NO BRASIL

(1930/1940)

São Paulo	785	33.397
Santa Catarina	528	11.291
Rio de Janeiro	447	11519
Rio Grande do Sul	439	15.279
Paraná	185	12.343
Minas Gerais	66	2000
Pernambuco	43	672
Espírito Santo	41	623
Bahia	39	542
Mato Grosso	31	426
Pará	27	186
Goiás	23	284
Paraíba	21	115
Ceará	4	140
Amazonas	4	64
Sergipe	1	47
Alagoas	1	45
Rio Grande do Norte	-	35
Acre	-	22
Maranhão	-	21
Piauí	-	20
Sem informação de local	137	-
TOTAL	2.822¹⁷⁰	89.071¹⁷¹

Fonte: Moraes (1996 apud Dietrich, 2007a)

Tabela 3: Profissão dos filiados ao Partido Nazista no Brasil

Operários especializados e não especializados	509
Grandes comerciantes	506
Pequenos comerciantes	405
Agricultores	318
Industriais e Técnicos com nível superior	249
Artesãos	211
Profissionais liberais	186
Professores	123
Servidores públicos e funcionários de banco	80
Pastores	53
Estudantes	26
Não-especificado / sem profissão	156
TOTAL	2.822

Fonte: MORAES, 1996.

Fonte: Moraes (1996 apud Dietrich, 2007b).

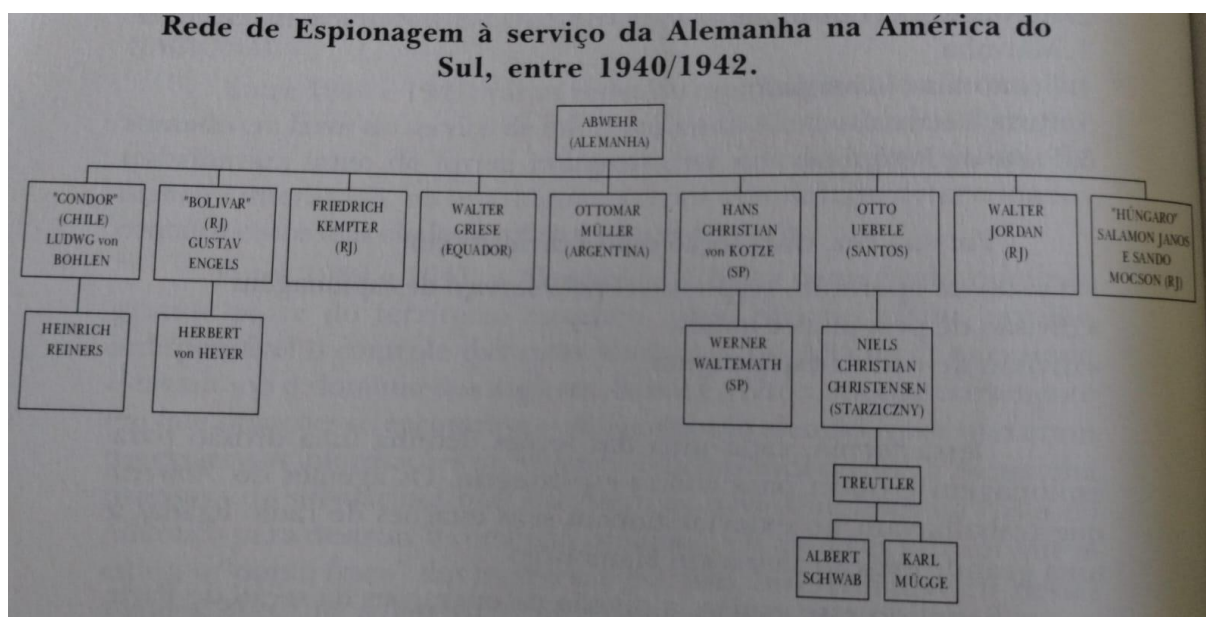
Nas duas figuras acima, dizem 2.822 o número, no entanto, é um dado ultrapassado, visto que a autora Dietrich (2007a) afirma Moraes (2001) ter adotado 2.903 em sua tese de doutorado, sendo que 2.822 era de sua tese de mestrado (Moraes, 2016), além de que não existe uma tabela atualizada com esse novo número, logo, por motivos ilustrativos, ficam essas duas tabelas “desatualizadas” da autora.

Referente ao grupo de espionagem, o qual trabalhava junto ao partido, o espião alemão podia trabalhar sozinho ou em redes organizadas: associações, clubes, empresas, escolas. Ele, também, estava encarregado de propagar o nazismo. Entre 1939 e 1941, conforme Hilton (1983 apud Perazzo, 1999), os alemães tinham conquistado uma boa parte e controle do território europeu na guerra, contudo, faltava o domínio sobre a água, precisamente, o oceano Atlântico. Neste caso, quem controlava, ainda, era a marinha britânica, o qual, se fosse atacada, sofreria uma perda comercial e bélica. Com esse pretexto, a espionagem coleta informações sobre as rotas marítimas dos britânicos, com o intuito de passar esses dados aos submarinos alemães, a fim de atacar a frota naval inimiga, um fato essencial, visto que, com o passar da guerra, a Alemanha diminui o número de submarinos, logo, era preciso haver uma qualidade e quantidade de informações suficientes contra os ingleses. Inclusive, o litoral brasileiro, por ter grande extensão, acabava por ser uma área estratégica das transações mercantes dos navios ingleses, americanos e brasileiros.

Sobre esse problema nazista dito, a rede de espiões começou a espalhar rádios clandestinos nas capitais brasileiras, por conseguinte, o maior número de rádios foi em Rio de Janeiro, visto o seu litoral e por ser a capital federal, além de haver uma maior movimentação de navios dos Aliados. Sobre o Recife, cuja cidade, em razão dos EUA se interessar pelo nordeste como meio marítimo de se chegar à África, os nazistas vejam isso como preocupante, além de ramificar suas redes, sendo Pernambuco a principal delas. Já, Porto Alegre e São Paulo, eram capitais de relevância para o comando militar com o material coletado (Hilton, 1983 apud Perazzo, 1999).

Portanto, um exemplo de rede de espionagem montado:

Organograma 3: Rede nazista na América do Sul entre 1940-1942



Fonte: Hilton (1983 apud Perazzo, 1999).

Até o comandante da 1ª Região Militar e da 1ª Divisão de Infantaria do Exército, já advertia o Ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra, sobre os perigos da embaixada alemã e seus consulados de serem “antros de espionagem” (Vasconcelos, 1939 apud Perazzo, 1999).

Com essa breve explanação sobre o Partido Nazista e sua rede de espionagem, o Estado Novo inicia, em 1939, o novo “perigo alemão”, similar à da República Velha, com a diferença de que antes era o Império Alemão, agora, era o Nazismo. Diante desses fatos, as autoridades brasileiras, além dos intelectuais, juntam-se para confirmar a narrativa de que o imigrante alemão e o teuto-brasileiro conspiravam com a Alemanha de Adolf Hitler nesse plano imperialista. Logo, narrativas deveriam ser criadas contra os alemães para justificar a nacionalização.

Com o advento da Segunda Guerra Mundial, a ideia de um suposto “perigo alemão” ganha força, visto que essa imagem de perigo nacional que o governo queria, atiçava a sociedade ir de encontro com o plano estatal de intervir nessa etnia (Perazzo, 1999). Além disso, o conceito de “perigo alemão” estava atrelado a uma anexação que a Alemanha nazista faria por meio de uma invasão, caso a Alemanha saísse vitoriosa, através das colônias de alta concentração de germânicos (Magalhães, 1998 apud Perazzo, 1999). Até frases de efeito eram proferidas contra os teuto-brasileiros como forma de incentivar a sociedade brasileira a um

nacionalismo mítico diante dessa narrativa, assim sendo, o interventor Oswaldo Cordeiro de Farias disse uma vez (1941 apud Vogt, 2006, p. 344): “Quem nasce no Brasil é brasileiro ou traidor”. Inclusive, quando houve o ataque de submarinos alemães em navios mercantes brasileiros em agosto de 1942, autoridades utilizaram esse acontecimento para usar a violência contra os “traidores”, os quais tiveram suas propriedades depredadas, invadidas e saqueadas, sejam indústrias, estabelecimentos e residências, ou seja, atos de vandalismos eram legítimos para conter o “perigo alemão” (Vogt, 2006).

Entretanto, fato é de que, os alemães e teuto-brasileiros nunca foram uma ameaça ao Brasil, pois houveram relatos de pessoas que falavam bem desses imigrantes. Segundo o capitão Santos (1931 apud Vogt, 2006), os descendentes tinham a virtude pelo trabalho, que conseqüentemente, ajudaram no desenvolvimento do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina, além de terem coração e caráter. Ademais, na República Velha, de acordo com Augusto Porto Alegre (1918 apud Vogt, 2006), o Rio Grande do Sul não olhava um “perigo alemão”, porque não havia um mal que ninguém viu.

Enquanto, no Estado Novo, especificamente na guerra, esse “perigo alemão” atrelado ao nazismo, com a sua ideia de aliar-se aos teuto-brasileiros, não fazia sentido. Primeiramente, segundo Magalhães (1998 apud Perazzo, 1999), havia um conflito entre nazistas e descendentes de germânicos, pois aqueles não aceitavam estes que não dominassem a língua alemã, os que haviam se miscigenado e que não fossem cidadãos nativos da Alemanha. Além disso, a autora afirma que o partido não buscava novos membros, sendo que a preocupação maior dos nazistas com os colonos teuto-brasileiros eram que eles não deveriam se miscigenar e falar apenas alemão.

Um outro ponto de atrito entre nazistas e teuto-brasileiros era o *deutschtum*, visto que os nazistas subestimavam os seus descendentes germânicos no Brasil em não saber propor uma unidade societal em torno da cultura alemã. Um exemplo disso, segundo (Rahmeier, 2009), que os teuto-brasileiros admitiam os nazistas de serem novatos sobre o tema do *deutschum*, bem como, que este era preservado por mais de cem anos pelos germânicos. Essa vontade de querer conservar o legado dos antepassados pode ser comprovado pela fala do chefe do Partido Nazista no Brasil, Hans Henning von Cossel, quando visita Blumenau, em 1935:

Quem pode compreender a sensação que se tem ao encontrar no coração da América do Sul uma cidade em que é difícil ouvir uma palavra em português, em que as casas lembram uma pequena cidade da Alemanha central, na qual todas as lojas e inscrições são alemãs? Vê-se aqui e ali palmeiras, mas elas parecem deslocadas num lugar onde até os poucos negros existentes falam alemão e se sentem como bons 'alemães' (Gertz, 1987 apud Dietrich, 2007b).

Nessa frase, sintetiza a tradição germânica mantida por mais de 100 anos, seja o idioma, a arquitetura e a ampliação do *deutschum* para outras pessoas, como o caso dos negros, sendo estes, uma etnia de repulsa pelos nazistas de não aceitarem pessoas que não fossem arianas. Isso, também, prova-se um *deutschum* melhorado, pois antes, havia uma desconfiança de não aceitar pessoas de fora. Diante dessa aceitação, segundo Oliveira (2011)²³, refletiu-se na Força Expedicionária Brasileira (FEB), que no pelotão do Sebastião José Ramos de Castro, que era composto por teuto-brasileiros, precisou-se de um intérprete, cuja missão se deveu a um negro, o qual convivia numa colônia germânica. Claro, que não se deve romanizar que não pudesse haver um certo racismo e que todos afrodescendentes falavam alemão, mas como se trata de uma frase provinda de uma autoridade nazista, nada se deve negar uma possível convivência pacífica entre essas etnias, cujo fenótipo peculiar é marcante em ambos os lados.

Um outro ponto, consiste-se no número de partidários, que eram de 2.903, um número baixo de filiados em comparação aos mais de 800 mil de teuto-brasileiros e os 89 mil alemães natos no Brasil, além de que a profissão desses partidários ao Partido Nazista era mais ligada a área urbana, não a região rural, sem mencionar que, segundo Moraes (1996 apud Dietrich, 2007b) 92,7% eram alemães de nascimento e 2,45% eram brasileiros. Com isso, desmitifica-se que os descendentes e os alemães nativos pudessem ter uma relação forte com o nazismo. Vale destacar, de acordo com Rahmeier (2009) que o sudeste havia um bom número de filiados, sendo o estado de São Paulo (polo industrial e econômico), com o maior número, de 785, e Rio de Janeiro (centro político e administrativo), o terceiro, com 447, logo, confirmar-se a ideia de que a Alemanha, e seu Partido Nazista, no Brasil buscava acordos comerciais e não estabelecer um domínio imperialista sobre o território brasileiro.

²³ O autor reforça que esse "perigo alemão" era falso, pois essa etnia lutou em guerras importantes, como a Guerra do Paraguai e representou 3% do exército brasileiro na FEB, sendo que o sargento Max Wolf Filho, descendente de austríaco, é considerado o maior soldado dessa expedição.

Sobre a rede de espões, trata-se de um erro de admitir que era, também, um perigo nacional, bem como, a sua relação com os alemães nativos e seus descendentes, pois a sua estrutura não condizia uma ameaça real contra a sociedade. Segundo Hilton (1983 apud Perazzo, 1999), o sistema de espionagem não era eficiente, devido a sua preferência por quantidade, em vez de qualidade, um fator que atingia na informação coletada e na formação dos espões (os quais não recebiam um treino específico). Deve-se mencionar, que isso foi uma atitude geral do comando alemão. Diante disso, em 1942, começa a procura pelos nazistas e suas redes de espionagem, as quais foram rapidamente desvendadas, sendo que em março do mesmo, as polícias paulista e carioca fizeram uma força contraespionagem com a ajuda da Embaixada dos EUA no Brasil e do FBI (Federal Bureau of Investigation). Nessa colaboração temporária, Perazzo (1999) menciona 3 critérios que facilitaram a captura dos nazistas: 1) os suspeitos já estavam na mira policial; 2) denúncias eram comuns, além dos relatórios e artigos de jornais de países da América do Sul que noticiavam a infiltração nazista; 3) e desde 1939, os EUA e a Inglaterra cuidavam a difusão do nazismo na América.

Vale destacar, que a República Velha e, principalmente, o Estado Novo, esqueceram do compromisso que os teuto-brasileiros forneciam ao Brasil, pois, como Oliveira (2011) havia escrito que 8% do agronegócio, 10% da indústria e 12% do comércio, ajudavam no desenvolvimento nacional. Inclusive, quando a primeira leva de germânicos desembarcaram no Brasil em 1824, houve um sujeito chamado Peter Molitor, que em 1825, fez a canção *Das Brasilienlied*²⁴, cuja letra retrata a vinda do povo germânico ao Brasil, com os dizeres que o imperador Dom Pedro I havia dito bem-vindos e que receberiam um lote de terra, bem como, ele os protegeria com a sua mão misericordiosa. Depois dessa fala, os germânicos agradecem pelo presente e que honrariam a sua lealdade no Brasil, confirmando, assim, a sua servidão neste país. Logo, essa canção reflete o dever do germânico quando se fixou no território brasileiro e que jamais trairia esse país nos momentos mais cruciais e definitivos da história brasileira, como foi o caso do nazismo, o qual, se existisse apoio desses imigrantes, todo o legado deles se perderia nesses quase 200 anos de imigração.

Portanto, a criação de um inimigo, tinha a finalidade de fornecer ao povo brasileiro uma consciência de unidade nacional, visto que a narrativa da

²⁴ Paul (c2023).

periculosidade alemã aspirava um perigo imperialista. Além do mais, essa ideia de “perigo”, muitas vezes era um mito do que realidade para gerar desconfiança e justificar a nacionalização dessas pessoas.

3.2.4 Racismo

Uma das estratégias de nacionalização propostas pelo governo Vargas foi o melhoramento racial do brasileiro, ou seja, haver uma eugenia. Essa ideia racista de Estado interpretava a eugenia como algo necessário para se alcançar a modernização e a unidade nacional e resolver os problemas sociais. Assim sendo, a etnia escolhida, à primeira vista, foi a germânica, sendo logo em seguida trocada pela portuguesa, espanhola e italiana para esse compromisso. Vale destacar que essa eugenia racial seria através da miscigenação, e não da segregação (como o caso dos EUA), e que com isso, o mulato e o negro, transformar-se-iam em pessoas mais “evoluídas” geneticamente. Logo, nesta parte do trabalho, será descrito esse plano de Estado que foi mais teórico que prático.

Essa ideia darwinista eugênica existia já na República Velha, a qual queria propor o modelo ideal de ser brasileiro, sendo que a dúvida maior variava de um branqueamento a uma aprovação do povo brasileiro como mestiço. Todavia, a questão racial fazia-se presente na visão política, a ponto de tornar-se uma política de Estado (Alves, 2006). Inicialmente, via-se no germânico o imigrante ideal, pelo estereótipo da época dessa etnia de ter a grande virtude do trabalho, trabalhando de sol a sol, respeitando as leis, não provocando desordem, incentivando os filhos a irem para a escola, e mantendo a casa limpa e organizada. Era uma forma de resgatar e de ter o trabalhador nacional ideal para a nação (Campos, 2006). Portanto, eram essas as características que Getúlio Vargas queria, visto que o antagonismo, na visão do Estado daquela época, estava presente no povo brasileiro, fosse por conta do atraso nacional, fosse a inspiração em ideologias que promoviam a desordem social (integralistas e comunistas).

Intelectuais da época como Oliveira Vianna, Sílvio Romero e Artur Hehl Neiva, eram adeptos dessa relação causal do Brasil ser atrasado diante de outras nações por conta de sua população e concordavam que o germânico (ou um europeu branco) era a solução viável para se contornar a desigualdade social e propor uma civilidade maior ao Brasil. Segundo Campos (2006), essa visão preconceituosa com a formação

étnica do Brasil (uma mistura de africanos, indígenas e portugueses), pode ser demonstrado acerca da opinião de Oliveira Vianna sobre o branco, o negro e o mestiço, o qual valida uma visão determinista do indivíduo:

Esta função de (governo) cabe aos arianos (...) são estes os que de posse dos aparelhos de disciplina e de educação, dominam esta turba informe pululante de mestiços inferiores e, mantendo-a, pela incompreensão social e jurídica, dentro das normas da moral ariana, a vão afeiçoando lentamente à mentalidade da raça branca (Vianna, 1918 apud Magalhães, 2004).

O mulato (...) é explosivo, rebelde, desordenado e agressivo: é ele que se faz fator principal da desordem e da anarquia em nossa história (...) isto se explica porque a servilidade, característica do negro não se transmite ao mulato. Este, ao contrário, é extremamente susceptível e altivo; mas, a sua altivez reveste um caráter altaneiro, cheio de arrogância e insolência, sem esse traço de gravidade e nobreza, próprio à altivez do selvagem e do mameluco (Vianna, 1991 apud Magalhães, 2004).

Ademais, Artur Hehl Neiva (1944, apud Seyferth, 1999) defendia que para existir uma nação branca, ela aconteceria pela imigração branca e pela miscigenação e que, conseqüentemente, apareceria a uniformização da raça e sua democratização. Vale destacar que, segundo Hélio Silva (2004, p. 27) Getúlio Vargas também era contrário às etnias indígena e negra, pois, nas palavras do chefe de Estado brasileiro, “nesta matéria de genealogia é melhor não aprofundar muito, porque às vezes pode-se ter a surpresa de acabar no mato (índios) ou na cozinha (negros)”. Entretanto, vindo isso de Vargas, acaba por ser contraditório, uma vez que seu, e talvez o maior, amigo, era uma pessoa negra, cujo nome era Gregório Fortunato, conhecido como “Anjo Negro”, um apelido de destaque, porque Fortunato era o guarda pessoal (anjo) com um fenótipo marcante (negro) (Louzeiro, 2000).

Com esses exemplos citados, Vargas queria um corpo apto à obediência civil, além de haver um corpo forte para o trabalho físico:

O corpo do cidadão, no regime estado-novista, tem seu preparo voltado para o trabalho, para a constituição física e mental do trabalhador. O Estado Novo dá um novo encaminhamento para essa questão. Além de uma política que regulamenta o trabalho, ocorre também uma redefinição e uma valorização da figura do trabalhador (Gomes, 1982 apud Garcia, 2009).

A doutrina eugenista estava presente já antes do Estado Novo, em políticas como a lei que limitava a entrada de estrangeiros, mas que foi criada, especialmente, para barrar a entrada de japoneses no Brasil:

Ao final, no dia 24 de maio de 1934, foi aprovada por 146 votos contra 41, a emenda final, que veio a se tornar o artigo 121, parágrafo 6, da Constituição de 1934. O artigo restringia qualquer entrada de contingente imigrante em território nacional em número superior a 2% sobre o total de imigrantes de cada nacionalidade entrada no Brasil nos últimos cinquenta anos. Apesar de englobar todas as etnias que imigraram para o país, essa medida tinha o objetivo de atingir o grande fluxo imigratório japonês [...]. A drástica diminuição do número de imigrantes japoneses que para cá vieram a partir de 1936 foi um reflexo direto do artigo 121 (Dezem; Kimura; Paula, 2014, p. 203).

Vale destacar que essas leis eugênicas se ampliaram, pois em 1938, o Decreto-lei n. 406²⁵ em seu Artigo 1º, Incisos I, II, III, IV e V não permitia a entrada de estrangeiros:

[...] aleijados ou mutilados, inválidos, cegos, surdos-mudos; indigentes, vagabundos, ciganos e congêneres; que apresentem afecção nervosa ou mental de qualquer natureza, verificada na norma do regulamento, alcoolistas ou toxicômanos; doentes de moléstias infecto-contagiosas graves, especialmente tuberculose, tracoma, infecção venérea, lepra e outras referidas nos regulamentos de saúde pública ou que apresentem lesões orgânicas com insuficiência funcional (Tatsch, 2017, p. 72).

Inclusive, esse mesmo decreto criou o Conselho de Imigração e Colonização, o qual era responsável pela seleção de imigrantes salubres e produtivos, que fica mais evidente, segundo Tatsch (2017, p. 71), no “Artigo 3, Alínea g, do Decreto nº 3.691, de 6 de fevereiro de 1939, [segundo o qual] competia ao Conselho de Imigração e Colonização, estudar os problemas relativos à seleção imigratória, à antropologia étnica e social, à biologia racial e à eugenia”.

Contudo, a despeito dessa visão romântica do germânico ser o imigrante desejável, houve o problema de que suas comunidades eram as mais resistentes em não aceitar as políticas estado-novistas, um fato reconhecido pelas autoridades brasileiras:

De todos os grupos estrangeiros presentes nas zonas de colonização, o alemão foi o que, sem dúvida, despertou a maior atenção e a maior preocupação nas autoridades governamentais. Reconhecido como o núcleo estrangeiro mais fechado em torno de sua própria cultura, de sua própria língua e de sua própria nacionalidade, eram os alemães acusados sistematicamente de impedir um processo de nacionalização pela insistência com que mantinham suas próprias características étnicas. A convivência com um núcleo estrangeiro que participava ativamente na comunidade com o trabalho, que se destacava pela obediência civil, mas ao mesmo tempo

²⁵ O limite de 2% para a entrada de imigrantes no artigo 121 se transferiu para esse decreto.

mantinha acesos os laços culturais que o prendiam fielmente à nação de origem, provocava um sentimento ambíguo nas autoridades brasileiras: um misto de admiração e medo (Bomeny, 1999, p. 152).

Esse relato faz mostrar um empecilho na formação de uma cultura e raça homogêneas, interferindo na unidade nacional que Vargas tanto aspirava. Para contornar esse problema, o governo prefere a imigração portuguesa, espanhola e italiana, devido às raízes serem latinas, assim como a língua e a cultura (Oliveira, 2011, apud Bueno, 2013). Entretanto, com as leis aprovadas descritas, houve uma queda abrupta de imigrantes no Brasil, atingindo até as três etnias latinas mencionadas. Já em relação à miscigenação para “melhorar” o brasileiro, nas fontes pesquisadas, nenhuma delas afirma que a teoria conseguiu promover a homogeneização da nação, logo, ficou mais na teoria do que na prática.

Portanto, com essas leis sancionadas, percebe-se, além do racismo e da eugenia, uma xenofobia contra estrangeiros por constituir “quistos alienígenas”, a saber, uma ameaça à unidade nacional e homogenia cultural, atacando, de fato, esse homem nacional que era lapidado pelo Estado (Dietrich, 2007b).

3.2.5 Língua

A língua no Estado Novo foi o meio mais efetivo de nacionalização dos “súditos do Eixo”, um instrumento de Estado capaz de neutralizar o legado histórico dos imigrantes que ensinavam para as suas gerações futuras. Ademais, isso ocorria, devido a língua ser a base das instituições de ensino, bem como, a tradição de convívio desses descendentes de imigrantes. Assim sendo, o idioma era censurado para ganhar espaço a língua portuguesa e promover a unidade de Estado.

O idioma desses imigrantes, quando vieram ao Brasil, era um fator de identidade cultural e pertencimento daquela região que tiveram de emigrar, uma forma de carregar o costume e tentar se adaptar num novo país com uma cultura e língua diferentes. Com isso, os descendentes não perdiam tempo para construir bases sólidas, a fim de manter os seus hábitos, sendo a educação um pilar de ensino cultural, além de, o mais importante, o aprendizado da língua materna. Inclusive, essa foi a sobrevivência encontrada pelos germânicos, italianos e japoneses. No tocante, ao espírito alemão sobre o seu idioma, chega a ser sagrado, pois, como dito sobre a vinda deles ao Brasil, eles eram guiados pelo *deutschum*, o qual reforçava essa ideia

romântica que a língua alemã transmitia. De fato, um dos idealizadores/responsáveis desse nacionalismo alemão foi o Ernst Moritz Arndt, em sua música *Was ist des Deutschen Vaterland?*²⁶ (Qual é a pátria do alemão?), o qual afirmava que a pátria do alemão estava onde a língua estiver, uma realidade que gerou o futuro Império alemão em 1871. Um outro exemplo, que se reflete na história brasileira relacionada ao idioma português, pode ser explicado em um dos discursos do líder nacional português Antônio de Oliveira Salazar (2016, p. 640), que Portugal é “pequeno na Europa, grande e dilatado nos outros continentes, como árvore que, alimentando-se da seiva lusitana, espalhasse longos ramos a sóis diferentes e à sua sombra abrigasse as populações mais diversas, todas igualmente portuguesas”. Essa fala intrigante de Salazar se reflete bem o porquê do Brasil conseguir se comunicar com Portugal, Angola, Moçambique, Goa e Macau, mesmo estando em continentes e países diferentes. Com essa heterogeneidade cultural visualizada, o governo percebe que:

A questão da língua tornava-se estratégica: o controle sobre o seu uso passou a constituir-se num elemento de significativa importância para garantir a homogeneidade cultural, a afirmação do Estado sobre a sociedade e a integração da nação. Os grupos resistiram sobretudo através da afirmação de sua cultura, de suas tradições e, evidentemente, da sua língua (Campos, 2006, p. 114).

Consequentemente, uma vez censurando a unidade linguística, por meio dos decretos-leis, atingiam-se as escolas, os clubes recreativos e o convívio comunitário, que eram bases culturais fortes, as quais autoadministravam o idioma materno desses imigrantes. Para motivos explicativos, Eric Hobsbawm (1991), comenta que esse nacionalismo é condizente pelo nacionalismo linguístico, o qual estava atrelado a educação pública e seu uso oficial. Essa observação do autor, entra na mudança educacional nacionalizante que os “súditos do Eixo” presenciaram com a mudança repentina em suas tradições ditas ilegais na época e que, para estar de acordo com o sistema vigente, a pessoa não tinha outra escolha a não ser aceitar a língua oficial, o português, caso contrário, consequências repressivas aconteciam.

Com esse nacionalismo linguístico, as línguas minoritárias são uma ameaça, devido ao governo querer a linguagem comum, algo normal de estadistas que aspiram a unidade nacional. De acordo com Nobert Elias (1997), o nacionalismo é o responsável por promover a linguagem comum, justamente, com o objetivo de

²⁶ Campos (2006).

padronizar os sentimentos e pensamentos, além de que, uma vez dentro deste *status quo* arbitrário, ocorre a submissão dos valores dessa etnia heterogênea (minoritária).

Uma experiência sobre a dificuldade de se comunicar, condiz com o relato da Moina Rech (2003), a qual fala de sua cidade, Santa Cruz do Sul, que sofreu um processo de nacionalização. Ela recorda que quando a sua mãe ligava para uma pessoa, as telefonistas escutavam se ela falava um dos idiomas do Eixo, neste caso, o alemão, logo, para reverter essa situação, a mãe mentia e dizia que era inglês. Além disso, prisões nessa cidade aconteciam para pessoas que atrevessem comunicar em alemão (Kipper, 1979). Além disto, houve um momento, que a delegacia da cidade recebia inúmeras denúncias falsas contra os teuto-germânicos, tendo de fazer um comunicado a esse problema:

Ésta Delegacia de Polícia comunica aos autores de anonimatos para que cessem de enviar a esta D.P cartas-anônimas com denúncias gratuitas. Não nos interessam o anonimato gracioso e as denúncias infundadas, baseadas em inimizades e ódios contra essa ou aquela pessoa. A Delegacia de Polícia desta terra não carece de arrimo ou de amparo falsos; ela sabe nortear a sua ação com prudência, serenidade, equilíbrio e muita justiça. As pessoas cultas, com hombridade, dignas, elevadas de caráter e de bom senso, não adotam tal critério, índice demonstrativo de ignorância e de covardia. Pedimos, portanto, a esses indivíduos desconhecidos, que não nos perturbem e, nem embarassem a nossa ação, que é mais digna, a mais útil e a mais patriótica.
Ass. François Nehmé – Delegado de Polícia (Martin, 1999, p. 147).

A língua, como mostrado, transmitia essa importância, porque, de acordo com Moraes (2017), era a forma única para a nacionalização, tendo em vista que nem a religião, as heranças históricas e inclinações raciais não conseguiam ter o mesmo impacto para promover a assimilação desses imigrantes que a língua nacional. Outrossim, pelo autor, que se havia unidade pelo Brasil, devia-se a língua portuguesa. Por consequência disso, esse amor pela língua, pode ser, segundo Schäffer (1994 apud Vogt, 2006), mostrado pelo número de falantes em alemão, com um total de 551.951 em 1950, ou seja, aproximadamente 69% dos 800.000²⁷ (se for selecionar esse dado da década de 30) de teuto-germânicos, que representava o segundo idioma mais falado no Brasil daquele ano.

Para motivos de comparação entre o Brasil e a Alemanha de Adolf Hitler, ele coloca a raça ariana em primeiro lugar, ou seja, o racismo, atrelado a eugenia racial,

²⁷ Perazzo (2009).

promoveria a purificação da língua, pois, na visão dele, com uma raça germânica pura, elevaria uma língua alemã autêntica. Logo, Hitler em seu livro *Mein Kampf* (Minha luta):

Não possuindo do "Alemanismo" nada a não ser a arte de maltratar - aliás de um modo horrível - a língua alemã, com a qual, porém, nunca se identificou, toda sua nacionalidade alemã se resume exclusivamente na fala. A raça, porém, não reside na língua, mas unicamente no sangue. Ninguém sabe isso melhor do que o judeu, que muito pouca importância dá justamente à conservação de sua língua (Hitler, 1983, p. 202).

O que se compreendia pela palavra germanização resumia-se na adoção forçada da língua. É quase incrível que alguém pense ser possível transformar um negro ou um chinês em alemão somente por ter o mesmo aprendido a língua alemã e esteja disposto a falá-la por toda a vida e a votar em qualquer dos partidos políticos alemães. Os meios nacionalistas burgueses nunca se elevaram à compreensão de que semelhante processo de germanização redundaria em uma desgermanização. Quando, hoje, pela imposição de uma língua comum, se diminuem ou mesmo se suprimem as diferenças mais sensíveis entre os povos, isso representa um começo de abastardamento da raça e, no nosso caso, não uma germanização mas a destruição dos elementos germânicos (Hitler, 1983, p. 244).

Não só na Áustria como na própria Alemanha, os chamados nacionalistas eram e ainda são inclinados a essas idéias falsas. A tão desejada política polonesa, no sentido de uma germanização do oeste, apoiava-se quase sempre em idênticos sofismas. Acreditava-se poder conseguir a germanização dos elementos poloneses apenas pela adoção da língua. O resultado dessa tentativa só poderia ser funesto. Um povo de raça estrangeira exprimindo os seus pensamentos próprios em língua alemã só poderia, por sua mediocridade, comprometer a majestade do espírito alemão (Hitler, 1983, p. 245).

Com essas afirmações de Hitler, percebe-se um culto pela raça germânica e que, sem ela, não haveria a base sociológica para provir a cultura germânica e fazê-la superior à das outras nações e etnias. Vale destacar, comparando com o caso brasileiro, que Hitler não admitia que um negro falasse alemão e se tornasse ou visse como um, uma visão oposta à dos teuto-brasileiros, os quais não se incomodavam se alguém de fora ou de etnia diferente soubesse a sua língua. A princípio, os imigrantes germânicos souberam que se uma pessoa tem a etnia diferente é um fator acidental, e não determinista ou que corromperia a sua cultura, além de que, se houvesse essa aceitação da cultura alemã, ela ficaria mais sólida e se perpetuaria com uma facilidade maior para gerações futuras. Além disso, Getúlio Vargas acertou sobre a censura do idioma, diferente de Hitler, porque a língua é um meio de comunicação e formação do indivíduo nacional. Enquanto, a etnia, por ser algo acidental, tem como questão determinada atribuir características corporais ou físicas (cor da pele e cabelo, baixo ou alto, gordo ou magro, fraco ou forte). Além de que qualquer etnia, ou pessoa com

uma genética diferente, está apta a aprender uma língua nova, assim, um negro pode falar português quanto alemão. Logo, a genética nunca foi um fator que determinará qual língua falará o indivíduo e suas qualidades, apenas suas características físicas²⁸.

Desse modo, a língua tem um poder de união maior que qualquer outra forma cultural. Essa habilidade humana é uma das bases para se construir uma comunidade, a qual, terá uma identidade própria e única, com o dever de manter a história daquele povo, formando-se, assim, um elo social.

3.2.6 Campos de concentração

À primeira vista, parece não ser possível haver tido campos de concentração²⁹ no Brasil, no entanto, Priscila Ferreira Perazzo (2009), com a sua tese de doutorado, e depois transformado em livro, visa propor uma expansão desse conceito, ou uma retomada de seu uso original. A sua tese abriu caminho para outros pesquisadores da área sobre o Estado Novo a respeito desse tema. Acadêmicos como Lucas (2014), Kimura (2014), Rahmeier (2009), Tamires Xavier Soares (2016)³⁰ e Dezem; Kimura; Paula, (2016) mencionam a presença dos campos³¹ no Brasil, além de que, usam como base, os trabalhos da autora para escrever, mesmo que de forma breve, esse meio de repressão promovido por Getúlio Vargas. Além disso, foi possível encontrar uma referência de Getúlio Vargas ter guardado essa vontade de pôr os campos, mas como forma de repressão aos comunistas, em 1935.

Primeiramente, com relação ao significado sobre campos de concentração, é preciso fazer a distinção deles, visto que, citando Hannah Arendt (1989 apud Perazzo, 2009), existiam 3 tipos: o Limbo, o Purgatório e o Inferno. O Brasil se encaixava no Limbo, porque os grupos eram condenados ao trabalho forçado, com uma relativa

²⁸ O artigo do Orlando Fedeli (c2023) não trata sobre nazismo, contudo, ensina sobre o erro da questão acidental em atribuir direitos e deveres em resultado da etnia ou da cor de pele.

²⁹ Perazzo (2009) menciona em sua obra que o começo dos campos de concentração começa na República Velha. Além disso, ela faz uma menção em sua tese de mestrado, e também transformado em livro, sobre os campos no período da República Velha e, principalmente, do Estado Novo, porém, foi escolhido a sua tese de doutorado por haver maiores informações.

³⁰ Em sua tese de mestrado, ele cita que René Gertz (1991), também, concorda com a existência, enquanto, Roney Cytrynowicz (2002) nega a existência.

³¹ De acordo com o jornalista Ricardo Bonalume Neto (2021), dentro da área jornalística, há notícias sobre os campos de concentração, sendo os anos 90 um período comum para a divulgação e conhecimento do tema. Outras pessoas, e acadêmicos, que vão de encontro, são o Dennison de Oliveira (2011) e Antonio Pedro Tota (1994). Vale destacar, que ambos sujeitos não se utilizaram dos trabalhos da Perazzo (2009).

liberdade e tinham sentenças limitadas. Os outros dois estavam dentro da perspectiva de extermínio, coincidindo-se bem nos *gulags*, da União Soviética, e no Holocausto, da Alemanha nazista. Além disso, Perazzo (2009, p. 37) cita que:

[...] Na primeira metade do século XX a prática de internamento em campos de concentração vinha sendo indistintamente utilizada como forma de reclusão em diversos países. Até a ascensão dos governos totalitários ao poder, já em meados do século, e a aplicação dessa prática levada às últimas consequências com os horrores promovidos pelos nazistas, como, por exemplo, o que foi o campo de concentração de Auschwitz, entre outros, a humanidade convivia em essa experiência, sem questionamentos sobre questões humanas ou humanitárias. A partir da segunda metade do século XX, com a deflagração da prática de genocídio e holocausto em campos de concentração, o termo passou a representar o inferno, que foram os campos nazistas e stalinistas. Tal representação compõe atualmente nosso imaginário social e é responsável por acionar determinados signos que nos impedem de conceber outros campos de concentração também como limbo ou purgatório, ou seja, estágios anteriores mas de passagem para o inferno.

Essa citação da autora tenta resgatar a interpretação original do que é o campo de concentração para o que são os campos de concentração pelo estudo que Arendt tinha classificado. Um outro ponto, deve-se às justificativas de sua criação até a primeira metade do século XX, partindo, principalmente, do afastamento de um grupo de indivíduos considerados pelo Estado como indesejáveis na sociedade, logo, esse grupo recebia um afastamento e controle sociais pelos agentes públicos.

Com essa breve explanação, segundo Perazzo (2009), Getúlio Vargas, e com o apoio de ministérios específicos³², em 1942, ano da entrada do Brasil na guerra, resolve construir os campos de concentração, visto a impossibilidade dos governos federal e estadual de alojarem todos os presos estrangeiros desde 1942, os quais eram alemães, italianos e japoneses nativos. Nesse íterim, retirar o estrangeiro (indesejável), era a norma para manter a ordem nacional, devido o imigrante ser um possível risco de segurança para a nação. Diante disso, pessoas eram presas por não terem cometido crime algum e de não saberem o motivo de suas prisões. Os crimes imputados a esses sujeitos eram, em princípio, espionagem, atividade política e sabotagem, com a justificativa, também, de legitimar o seu confinamento por serem “súditos do Eixo”, um termo pejorativo para se referir a relação de súdito com os seus países de origem, bem como, ao seu líder, seja neste caso o Mussolini (Duce), o Hitler

³² A autora destaca os Ministérios da Justiça e Negócios Interiores (Marcondes Filho), das Relações Exteriores (Oswaldo Aranha) e da Guerra (Eurico Gaspar Dutra), os quais ficaram encarregados no internamento dessas pessoas.

(Führer) e o Hirohito (imperador japonês). Além disso, o governo federal admitia em seu discurso oficial o nome “campo de concentração”.

Ademais, para que o Estado brasileiro pudesse concretizar esse plano, o Brasil precisaria estar dentro das normas internacionais para a possibilidade de haver os campos. Assim sendo, no Artigo 3º do Regulamento Anexo à Convenção de Haia de 1907, recuperado no Artigo 1º das Disposições Gerais da Convenção sobre Prisioneiros de Guerra de 1929 fazia os civis serem considerados prisioneiros de guerra (pessoas que lutavam a favor de seu país). Isso não foi apenas no Brasil, mas um consenso geral entre as nações, um consenso consuetudinário, em outras palavras, era permitido não apenas interpretar dessa forma, mas ter campos de concentração, desde que estes tivessem os prisioneiros assegurados com os devidos cuidados e protegidos pela Convenção de Genebra de 1929³³ (Perazzo, 2009). Sobre as regras estabelecidas, o Artigo 2º da Convenção não permitia abusos contra os prisioneiros, fossem civis ou militares aos países beligerantes. Caso houvesse maus tratos, haveria um processo jurídico para apurar os atos puníveis, além dos autores responsáveis. Um outro fato sobre os devidos cuidados, transmite-se na preocupação de não permitir a língua materna e de praticar outras atividades afins:

O apelo da Cruz Vermelha Internacional relativo o tratamento humanitário de internos civis salvaguardava os estrangeiros impedidos de falar a língua materna em público, ouvir emissão de rádio do Eixo, ensinar o idioma e sua cultura aos descendentes ou envolver-se com atividades políticas (Perazzo, 2009, p. 68).

Já o Artigo 33, além de tratar a forma correta de trabalho que o detento deveria ter, chama a atenção pelo uso da palavra “campos de concentração”, logo:

O regime dos destacamentos de trabalho deveria ser semelhante ao dos campos de concentração de prisioneiros, principalmente quanto às condições higiênicas, alimentação, assistência médica, correspondências e recepção de encomendas. Todo destacamento de trabalho seria fornecido por um campo de prisioneiros cujo comandante seria o responsável pelo cumprimento das disposições da Convenção Internacional (Perazzo, 2009, p. 199-200).

³³ Outros países que construíram campos de concentração na Segunda Guerra Mundial foram os EUA (que tinham mais de 100.000 mil japoneses) e a Inglaterra, sendo esta, segundo Cerro (1992 apud Perazzo, 2009) que teve italianos aprisionados e o Brasil (antes de romper os laços diplomáticos com a Itália em 1942) obteve a missão de representar esses presos nos campos ingleses.

Com isso, as normas internacionais legitimavam a existência dos campos de concentração, por mais estranho que fosse, pois, como a autora destaca, a mentalidade da primeira metade do século XX via de forma com fins excludentes, e não de extermínio, sendo neste caso, praticado pela Alemanha e União Soviética.

Visto o governo ter concordado com as normas e leis internacionais, deveria haver a representação externa/diplomática dos interesses dos prisioneiros para a sua proteção. Nessa tarefa, ficou encarregada a diplomacia espanhola para defender os interesses dos cidadãos alemães e japoneses, e a delegação suíça, com o objetivo de atender os italianos, além disso, o Comitê Internacional da Cruz Vermelha suíça, sob o comando de Eric Haegler, tinha a missão de verificar se o país estava tomando as medidas corretas de tratamento. A escolha desses representantes, deveu-se a posição neutra de seu país no conflito.

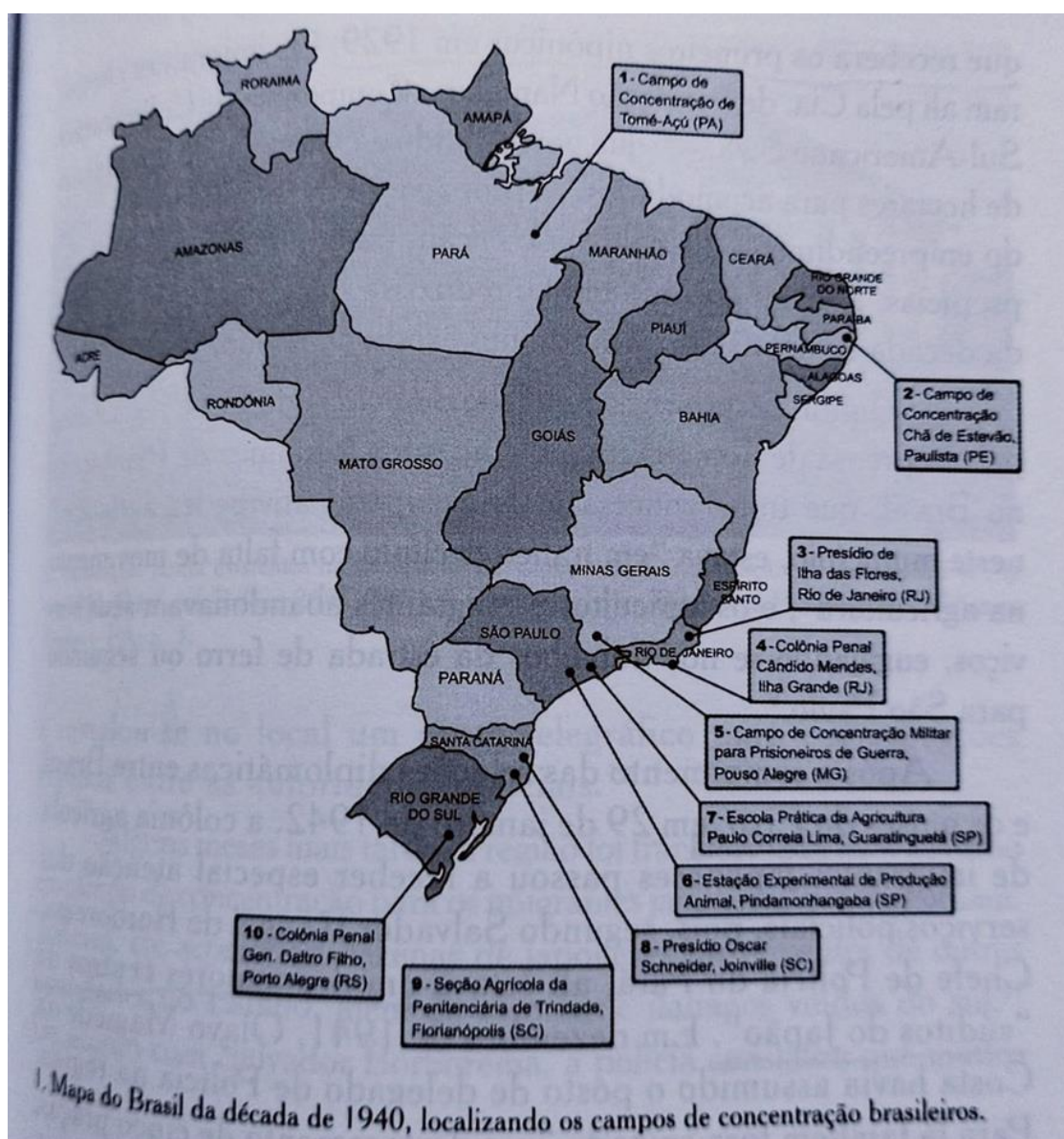
Diante das visitas e trocas diplomáticas, o governo nacional sempre tentava impedir a vistoria da Cruz Vermelha e da delegação espanhola, pois o Brasil sabia que não estava de acordo com as normas, no entanto, a nação brasileira, para não ficar com uma imagem negativa, permitiu a entrada das delegações, depois de muita insistência. Fato é que os espanhóis demonstravam uma persistência maior, em relação ao suíço Eric Haegler, mas, o Estado Novo ficava mais receoso com este, porque era um representante de uma organização internacional e podia dedurar os abusos brasileiros, portanto, tinha uma credibilidade maior que a Espanha, por causa de seu envolvimento com o nazismo na URSS. A permissão ocorreu, também, a fim de garantir a retórica dos Aliados de “manterem o devido tratamento humanitário aos prisioneiros”, fato que não era verdade (Perazzo, 2009).

No que diz a respeito dos campos de concentração brasileiros, a autora selecionou 11 campos³⁴, devido as características comuns entre eles. No que diz a respeito das condições, referente as constatações das delegações, principalmente da castelhana, os alojamentos eram precários (travesseiros, cobertas e camas com percevejos); a alimentação era satisfatória, a qual era complementada pelas encomendas dos familiares; existia certa autonomia de locomoção; pouca liberdade; maus-tratos; trabalhos forçados (em alguns campos, com foco em atividade agrícola e pecuária); censura nas cartas e encomendas aos prisioneiros, bem como, a

³⁴ A autora destaca 31 campos de concentração, porém, segundo Macedo (2007), houveram 40 campos.

impossibilidade educacional, por meio de livros e da língua, os quais eram ensinados no idioma do Eixo (Perazzo, 2009). Um outro fato, deve-se a localização dos confinamentos, que ficavam afastados da área urbana, já que tinham uma ambientação natural, podendo ser florestas ou até ilhas, além de serem de difícil acesso. Um caso emblemático é o campo de concentração de Tomé-Açú, o qual ficava 200 km de Belém e apenas tinha uma rota e que fosse de barco, além de uma viagem de 12 horas para chegar no local, a saber, era, como a autora diz, uma “masmorra natural”. Com essas informações, há um mapa referente de alguns dos campos de concentração ao redor do Brasil:

Mapa 1: Mapa da década de 40 com a localização dos campos



Fonte: Perazzo (2009).

Uma questão a se relacionar com o mapa, consiste-se onde estavam esses campos com o número de descendentes e imigrantes nativos, além da estatística dos partidários no Partido Nazista. Com essa relação, revela-se que os campos se localizavam justamente nesses estados de alta concentração de germânicos, italianos e japoneses, logo, é visível a preocupação do governo federal de ter escolhido esses estados brasileiros para a instalação dos campos de concentração no Brasil e querer administrar com uma segurança maior nessas regiões do que em outras.

E antes de haver o Estado Novo, especificamente em 1935, após a Intentona Comunista, o chefe de polícia, Filinto Müller (1935 apud Rose, 2017), sugeriu a Vargas uma lista com dez medidas restritivas contra uma possível nova revolta da esquerda, referindo-se ao tópico oitavo, o uso de campos de concentração (colônias de trabalho). Com a lista escrita e enviada ao presidente Getúlio Vargas, este acata a ideia, em sua diário de desejos, de se construir os campos, entretanto, não se consta o nome de Müller (Vargas, 1995 apud Rose, 2017). Com esse fato, mesmo não sendo praticado naquele período, sabe-se à vontade, ainda que não de forma imediata, de Vargas querer os campos, algo que se fez, anos depois, a instalação deles em um contexto mais instável e propício, a saber, a Segunda Guerra Mundial, neste caso, com os “súditos do Eixo”.

À vista disso, a função dos campos era retirar o “indesejável” da sociedade, por ser um perigo a segurança nacional, devido a sua nacionalidade ser do Eixo. Além disso, o funcionamento de 1942 até 1945 dos campos de concentração estava na escala de *limbo*, visto a restrição de liberdade dos presos e os trabalhos forçados, bem como, as péssimas condições sanitárias. No entanto, mesmo havendo esses abusos, fica explícito neste trabalho, em não igualar os crimes de guerra cometidos pelo Eixo. Logo, conforme Andrade (2023), o problema dessa guerra, é que somente houve justiça para um dos lados, não tendo, como de costume, dois pesos e duas medidas para a condenação das infrações cometidas pelo Aliados, através do “juízo natural”, o qual determina a independência e a imparcialidade, ou seja, tolhido do juízo de valor.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral deste trabalho se propôs a explicar o Estado Novo e suas políticas de nacionalização contra os “súditos do Eixo”, com o objetivo de buscar a unidade nacional que Getúlio Vargas tanto queria. Outrossim, a sua política pragmática exterior para barganhar nas relações comerciais entre a Alemanha e os EUA e agradar as forças internas econômicas do setor industrial e agrário da nação.

Na primeira parte, para compreender o aspecto econômico feito pelo governo Vargas, este utilizou uma política de barganha atrelada ao pragmatismo com as duas potências de sua época, Alemanha e EUA. Esse tipo de política ficou conhecido dentro como equidistância pragmática, cujo termo criado por Gerson Moura (1980), fez-se entender a necessidade de atender os interesses econômicos internos do Brasil, o setor agrário e industrial, que decidiam a política interna e, conseqüentemente, a externa. Nesse ínterim, Vargas se torna o mediador responsável para harmonizar o conflito entre as partes, além de administrar o choque entre a Alemanha nazista e os EUA que almejavam os produtos primários brasileiros e de ter o Brasil como um mercado consumidor para suas manufaturas. Essa disputa fica mais evidente quando acontece a Segunda Guerra Mundial, que faz das potências quererem as matéria primas, um fator que Vargas tomou ciência e, conseqüentemente, exigia em troca uma ajuda para a construção de uma indústria siderúrgica e a posse de novas armas para o seu arsenal nacional, o qual, estava defasado. Além disso, durante o prosseguimento da guerra, os EUA ganham a confiança do Brasil, atendendo as demandas deste, fazendo a Alemanha perder o posto de maior aliado econômico. Logo, o pragmatismo serviu de bússola para o progresso nacional, devido ao embate interno (agronegócio x indústria) e pela busca, por parte da Alemanha e dos EUA, um mercado rico em bens primários.

Na segunda parte, deveu-se a descrição do processo de nacionalização dos “súditos do Eixo”. Antes que ocorresse a nacionalização do Brasil, foi descrito um pouco das imigrações escolhidas, como a germânica, italiana e japonesa, a fim de contextualizar a descentralização que existia, a qual permitia um estilo de vida único e diferente do brasileiro. Aqui, os imigrantes, e seus descendentes, desde o começo, mantinham a cultura e a língua como forma de não romper o legado de seus antepassados e de seu lugar de origem, um esforço coletivo que só foi danificado com o Estado Novo.

Com essa breve explanação dos estrangeiros, o Brasil, na década de 30, presenciava uma instabilidade política que Vargas se viu no dever de instaurar o Estado Novo. Nesse momento da história brasileira, a luta pelo poder por grupos extremistas (comunistas e integralistas) e conflitos sociais faziam gerar o caos e perda de unidade nacional, tendo de agir o Estado para reprimir essas ações antinacionais e pôr a ordem de volta, por meio do golpe conspiratório de 1937. Uma vez posto o Estado Novo, o seu regime teve a missão de cessar as regiões e comunidades descentralizadas, cuja autonomia, na visão de Vargas e seus aliados, faziam haver um conflito nacional e não proporcionava a modernização do país e o avanço das pautas sociais, além de, claro, impedia a ascensão dessas facções ideológicas.

Uma das formas de controle social e comportamental usados pelo Estado Novo, consistia-se na Polícia Política, a qual, existia já na República Velha, com o intuito de barrar revoltas sociais, sendo na Era Vargas o período de sua especialização. Aqui, a polícia ganha um destaque com o uso de métodos de perseguição, como a intitulação de um possível inimigo-objetivo, a criação de mitos e em mobilizar a população brasileira em torno de um inimigo nacional, sendo os germânicos, italianos e japoneses os alvos principais.

Com o ano de 1938 até 1941, são sancionados os primeiros decretos-leis, com objetivo de atacar as bases culturais e transformar os descendentes em brasileiros homogêneos culturalmente. Assim sendo, escolas, associações recreativas, nomes estrangeiros e a imprensa são nacionalizados pelo governo. Já em 1942, no momento dos laços diplomáticos rompidos e a entrada do Brasil na guerra contra o Eixo, justifica-se a perseguição como forma de revanchismo e oportuno para nacionalizar ainda mais, agora intitulados, os “súditos do Eixo”. Portanto, desde a ascensão de Vargas, atrelado a luta de interesses, a instauração do Estado Novo e a Segunda Guerra Mundial, revelam-se contextos de justificativa política e de forma natural, o seu plano nacionalista contra essas pessoas “indesejáveis”, a saber, a sorte estava com Getúlio.

Outro ponto de homogeneização cultural, mas que foi uma tentativa, deve-se as condutas racistas e eugênicas contra a população brasileira. Essa ideia se desenvolveu, devido a interpretação do atraso nacional ser provido da etnia africana e indígena, e não europeia, logo, para reverter a situação, o governo decide “melhorar” a genética brasileira, através da miscigenação, sendo, inicialmente, o germânico por ter as características propensas ao trabalho e desenvolvimento social. Todavia, como

o teuto-brasileiro não saía de sua comunidade e resistia a essas mudanças nacionalistas, o Estado Novo tenta com outras etnias, de origem latina, devido a aproximação cultural, algo que, também, acaba falhando. Por conseguinte, esse racismo culpava os imigrantes e seus descendentes por não quererem se homogeneizar e viverem em “quistos alienígenas”.

No tocante, a uma outra perseguição, analisou-se uma narrativa da República Velha sobre o dito “perigo alemão”, uma conspiração que afirmava o Império alemão promover o seu expansionismo e conquistar o mundo. Essa ideia volta em cena no Estado Novo, com a vinda da Segunda Guerra Mundial, a qual abriu margem de legitimar a nacionalização. Claro, que havia o Partido Nazista no Brasil e uma rede de espões, mas nada passava de um sensacionalismo promovido pelo governo e culpar os alemães natos e os teuto-brasileiros por isso. Ademais, foi demonstrado com dados e fatos históricos que jamais houve uma intenção de conspirar contra o Estado brasileiro, além de que, o compromisso dos imigrantes germânicos com o Brasil já estado formado desde 1824.

Com todas as perseguições explicadas até o momento, nada se superou a da língua, a qual era o principal motivo de recordação das pessoas que viveram nessa época. O nacionalismo varguista percebe que a língua gerava uma unidade nacional maior que todas as outras táticas empregadas, pois, cortava o vínculo afetivo das pessoas com as suas comunidades de origem, bem como, impedia que fosse passado de geração para geração. Inclusive, fazendo um paralelo com Hitler, Vargas compreende que a cultura está acima da genética para homogeneizar e acelerar a unidade nacional, porque para o líder alemão, a raça é que determinava a cultura, e caso ela fosse violada, aquela perderia a sua pureza e danificaria a sua existência.

E por último, e não menos importante, os campos de concentração, como explicou Perazzo (2009), precisava agir contra os estrangeiros, por causa de sua periculosidade contra a segurança nacional, devido ao ceticismo governamental. Essas prisões contra os imigrantes alemães, italianos e japoneses se justificavam nas narrativas do Estado, já que estavam envolvidos com espionagem, atividade política ilegal e sabotagem, bem como, com reforço retórico, de que eram “súditos do Eixo”.

A autora disserta que os campos eram enquadrados na classificação de Limbo, baseando-se em Arent (1989), a qual selecionou três tipos: limbo, purgatório e inferno, sendo aquele usufruído pelos governos como forma de restringir a liberdade e retirar o indivíduo da sociedade, como dito, um possível perigo nacional. Ademais, o sistema

internacional permitia a instalação de campos de concentração, no entanto, era preciso estar de acordo com as normas internacionais para o seu funcionamento, o que fez do Brasil aderir. Os campos, como explicado, não tinham as condições humanas necessárias, de acordo com as delegações externas, sendo a espanhola mais persistente na fiscalização. Além disso, segundo Rose (2017), em 1935, Filinto Müller enviava uma lista de indicadores restritivos a Vargas contra comunistas, e que em um dos itens sugeria que houvessem campos de concentração, fato que o presidente guardou em seu diário, o qual foi posto em prático em 1942, em um momento preciso e sem sofrer alguma retaliação interna e externa.

Vale destacar, que esta pesquisa, durante o seu processo de desenvolvimento, teve a virtude de haver uma extensa pesquisa sobre o objeto em estudo, para que ficasse compreensível. No entanto, houve a dificuldade de encontrar as fontes primárias, devido elas serem antigas e de difícil acesso, precisando a utilização de obras secundárias, as quais se repetiram constantemente, bem como, a pesquisa se tratar de um tema histórico.

Dessa forma, este trabalho buscou explicar as políticas internas nacionalistas contra os “súditos do Eixo” e ações pragmáticas nas relações econômicas com as duas potências de época, Alemanha e os EUA. Sobre a política de barganha, Vargas percebeu uma oportunidade de modernizar o país, através de duas frentes, atender os interesses internos da ala agrária e dos industriais e acirrar a concorrência entre alemães e norte-americanos, os quais desejavam o mercado brasileiro. Esse contexto serviu de base para a equidistância pragmática, um instrumento político capaz de escolher o momento exato de fazer o acordo, ou seja, o que oferecia um preço ou recompensa maior, em relação ao seu adversário, garantia o apoio brasileiro. Já as medidas arbitrárias de nacionalização, representaram a vontade de Getúlio Vargas em 8 anos de ditadura, cuja perda cultural e homogeneização desses descendentes danificou um legado histórico cultural de décadas. Afinal, como Vargas disse uma vez em 1932, e que se repetiu no Estado Novo:

O período ditatorial tem sido útil, permitindo a realização de certas medidas salvadoras, de difícil ou tardia execução dentro da órbita legal. A maior parte das reformas iniciadas e concluídas não poderia ser feita em um regime em que predominasse o interesse das conveniências políticas e das injunções partidárias (Vargas, 1938, p. 48).

REFERÊNCIAS

- ALVES, Eliane Bisan. **Etnicidade, nacionalismo e autoritarismo: a comunidade alemã sob vigilância do DEOPS (1930-1945)**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas: Fapesp, 2006.
- ANDRADE, Marcelo. **Segunda Guerra Mundial: uma guerra contra os povos**. São Paulo: Flos Carmeli Edições, 2023.
- BERTONHA, J. F. **Os italianos**. São Paulo: Contexto, 2005.
- BONALUME NETO, Ricardo. **A nossa Segunda Guerra: os brasileiros em combate, 1942-1945**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2021.
- BOMENY, Helena M. B. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo. **Repensando o Estado Novo**. Organizadora: Dulce Pandolfi. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999. P. 137-166.
- BUENO, Alexandre Marcelo. Língua, imigração e identidade nacional: análise de um discurso a respeito da imigração no Brasil da Era Vargas. **Revista estudos semióticos**, vol. 9, n.º 2. dezembro, p. 35-43, 2013. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5762336>. Acesso em: 19 fev. 2023.
- CAMPOS, Cynthia Machado. **A política na era Vargas: proibição do falar alemão e resistências no Sul do Brasil**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2006.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Os arquivos da polícia política brasileira: intolerância, repressão e resistência. In: VIANNA, Marly de Almeida Gomes; SILVA, Erica Sarmiento da; GONÇALVES, Leandro Pereira (Org.). **Presos políticos e perseguidos estrangeiros na Era Vargas**. Rio de Janeiro: Mauad X; Faperj, 2014. P. 13-32.
- CERVO, Amado Luiz. Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático. **Revista Brasileira de Política Internacional** [online]. 2003a, vol.46, n.2, pp. 5-25. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-73292003000200001>. Acesso em: 24 ago. 2021.
- COMIOTTO, A. F. **O ensino de línguas minoritárias: uma revisão de literatura sobre o talian**. UniLetras, v. 43, p. 1-21, 2021. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/uniletras/article/view/18347>. Acesso em: 11 nov. 2022.
- COSTA, L. R.; BARROS, L. C. A.; SOUZA, J. E. M. Um histórico da política migratória brasileira a partir de seus marcos legais (1808-2019). **Revista GeoPantanal**, Corumbá, n. 27, p. 167-184, jul./dez. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/revgeo/article/view/9733>. Acesso em: 29 jul. 2023.
- D'ARAUJO, Maria Celina. **O Estado Novo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

DINIZ, Eli. Engenharia institucional e políticas públicas: dos conselhos técnicos às câmaras setoriais. **Repensando o Estado Novo**. Organizadora: Dulce Pandolfi. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999. P. 21-38.

DEZEM, Rogério Akiti; KIMURA, Rosangela; PAULA, Amir El Hakim de. Território e nacionalismo na construção da Ordem - a lógica da suspeição no norte do estado do Paraná (1932-1945). João Fábio Bertonha (Org.). 1 ed. **Maringá: Eduem**, v. 1, p. 191-213, 2014. Disponível em:

https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/36360993/ARTIGO_-_Dezem_Paula_Kimura_revisada_1-libre.pdf?1421931609=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DTerritorio_e_nacionalismo_na_construcao.pdf&Expires=1701406993&Signature=OCm0SlmGeTzt-Bc~ruoijQFN5-dOIQhLC9Vs4hFsaPXD-N7whYly-3ITAkqNXm9GkufetF4LMulDpqmdJ~jJcGrczCoHPyxbXr~SPE2R9P1bz4-u6RbuCHXc5LNBF7cmlvV2QDMsQjixkKZv~ubpSG5pyKxA06haWHj1cG9mvQcBxqNY8el6ODeuGIzoUO41sWxRVqD7wzsGgIFmpSqDFILgmSdwRVwjDc3HbIBZFM-7oX~EuBQ4tBiz2iSrHQtfJMOrOKY3ejop7BovUGA8JQI7CtrYkV54jNztFWw4QnrzzTOz5qb6vu-296Xm63wtXW434IKWEDbUgNKBCLBJ6w__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA. Acesso: 17 ago. 2023.

DIETRICH, Ana Maria. **Nazismo tropical? O partido nazista no Brasil**. Tese (Doutorado) – Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2007a. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-10072007-113709/pt-br.php>. Acesso em: 15 out. 2023.

DIETRICH, Ana Maria. **Caça às suásticas: o Partido Nazista em São Paulo sob a mira da Polícia Política**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Fapesp, 2007b.

ELIAS, Norbert. **Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX**. Editado por Michael Schröter. Trad. Álvaro Cabral. Rev. Técnica: Andréa Daher. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

FAGUNDES, Pedro Ernesto. Todas as cores da repressão: os “camisas-verdes” e as perseguições políticas durante a Era Vargas. In: VIANNA, Marly de Almeida Gomes; SILVA, Erica Sarmiento da; GONÇALVES, Leandro Pereira (Org.). **Presos políticos e perseguidos estrangeiros na Era Vargas**. Rio de Janeiro: Mauad X; Faperj, 2014. P. 159-178.

FAUSTO, Boris. O Estado Novo no contexto internacional. **Repensando o Estado Novo**. Organizadora: Dulce Pandolfi. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999. P.17-20.

FEDELI, Orlando. **Flos Carmeli Estudos**. Desigualdade & Igualdade: Considerações Sobre Um Mito. c2023. Disponível em: <https://floscarmeliestudos.com.br/desigualdade-igualdade-consideracoes-sobre-um-mito/>. Acesso em: 12 de set. 2023.

FRANCHINI, Fernanda; VIDAL, Diana Gonçalves. Escolas estrangeiras em São Paulo e a ação da polícia política. In: VIANNA, Marly de Almeida Gomes; SILVA,

Erica Sarmiento da; GONÇALVES, Leandro Pereira (Org.). **Presos políticos e perseguidos estrangeiros na Era Vargas**. Rio de Janeiro: Mauad X; Faperj, 2014. P. 245-260.

FERNANDES, Alexandre Ramos. **A análise dos antecedentes que culminaram com o ataque japonês à base americana em Pearl Harbor**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialista em História Militar) - Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, 2019. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/11940>. Acesso em: 12 set, 2023.

GARCIA, Frederico Brittes Nordin. **Colônias de férias: a formação do estudante ideal no Rio Grande do Sul (1938-1945)**. Dissertação (mestrado em história) – Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/2287>. Acesso em: 13 jun. 2023.

GERTZ, René. A Segunda Guerra Mundial nas regiões de colonização alemã do Rio Grande do Sul. **Revista Acadêmica Licencia & acturas**, Ivoti, RS, v. 3, n. 2, p. 15-25, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.55602/rlic.v3i2.84>. Acesso em: 14 ago. 2023.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HITLER, Adolf. **Minha luta (Mein kampf)**. São Paulo: Moraes, 1983.

HOBBSAWM, Eric. **Naciones y nacionalismo desde 1780**. Barcelona: Editorial Crítica, 1991.

KIMURA, Rosangela. Japoneses na Era Vargas: o tom destoante no projeto de nação brasileira. In: VIANNA, Marly de Almeida Gomes; SILVA, Erica Sarmiento da; GONÇALVES, Leandro Pereira (Org.). **Presos políticos e perseguidos estrangeiros na Era Vargas**. Rio de Janeiro: Mauad X; Faperj, 2014. P. 229-244.

KIPPER, Maria Hoppe. **A campanha de nacionalização do Estado Novo em Santa Cruz (1937-1945)**. Santa Cruz do Sul: APESC, 1979.

LEOPOLDI, Maria Antonieta P. Estratégias de ação empresarial em conjunturas de mudança política. **Repensando o Estado Novo**. Organizadora: Dulce Pandolfi. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999. P. 115-134.

LOUZEIRO, José. **O anjo da fidelidade: a história sincera de Gregório Fortunato**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2000.

LUCAS, Taís Campelo. Cortando as asas do nazismo: a Dops-RS contra os “súditos do Eixo”. In: VIANNA, Marly de Almeida Gomes; SILVA, Erica Sarmiento da; GONÇALVES, Leandro Pereira (Org.). **Presos políticos e perseguidos estrangeiros na Era Vargas**. Rio de Janeiro: Mauad X; Faperj, 2014. P. 179-196.

MACEDO, Janaína Santos de. **Campos de Concentração em Santa Catarina e conflitos envolvendo alemães e descendentes durante o Estado Novo.** Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2007. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/90553>. Acesso em: 27 nov. 2023.

MAGALHÃES, Marion Brepohl de. A criminalização da raça: a xenofobia institucionalizada. In: **III Encontro Ibérico Americano.** Porto Alegre, CD Rom, 2004. Disponível em: https://www.academia.edu/12349085/Racismo_e_pol%C3%ADtica_no_Estado_Novo. Acesso em: 20 maio 2023.

MARTIN, Hardy Elmiro. **Recortes do passado de Santa Cruz.** Organizado e Atualizado por Olgário Paulo Vogt e Ana Carla Wünsch. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999.

MORAES, Marcos Juvencio de. **As reformas educacionais de Santa Catarina e a instrumentalização do ensino patriótico: laços políticos, oligárquicos e culturais (1911-1945).** Tese (Doutorado) – Curso de Programa de Pós-graduação em História, Escola de Humanidades, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. Disponível em: <https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/10966/1/000486271-Texto%2BCompleto-0.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2023.

MOREIRA, Thayna Fregolente. **Crise do capitalismo: a depressão de 1929.** A Depressão de 1929. 2015. Disponível em: https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/39465584/CRISE_DO_CAPITALISMO_-_A_Crise_de_1929withcoverpagev2.pdf?Expires=1668479707&Signature=aAKoZ1qjG3SPJyhMr7CX2THqx8ekXP66~MN45talfXfVDEnBjkVbv~bGd6yfufnZBEYhFmZAgVWxRtgP58l60TZZfV~yd5uTwlglLzYE3sRI6Ac~40IEOAC8LJpdPlvDrPDtdwTkU9ndQRhb5yHpcVhktCYn~NoHBQJECNXDIypn37xnBypczTDA~fBa2dN6D0Ck2uAGns3O5RY4Fo5uTmqLlfHAAt7~bwkSe3n5c0O6FheYRM8CMtnhIRnZcQVdL1MkLtvkJxMCZJUeK3MAn5f5r30HNQFxujEu~NFufYYjZAJSE4VXYQmVPluhL79Xpuq1W-CY~aVFIa__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA. Acesso em: 16 out. 2023.

MOTTA, R. P. S. A “Intentona Comunista” ou a construção de uma legenda negra. **Tempo**, n. 13, jul., p. 189-207, 2002.

MOURA, Gerson. **Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

MOURA, Gerson. **Relações exteriores do Brasil: 1939-1915: mudanças na natureza das relações Brasil-Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra Mundial.** Apresentação de Letícia Pinheiro; prefácio à nova edição de Leslie Bethell.— Brasília: FUNAG, 2012. Disponível em: https://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/1-523-relacoes_exteriores_do_brasil_1939_1950_. Acesso em: 14 fev. 2023.

NETO, Lira. **Getúlio: do Governo Provisório à ditadura do Estado Novo (1930-1945).** São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

NETO, Lira. **Getúlio: dos anos de formação à conquista do poder (1882-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

NEVES, Aurélia Nicolau do Carmo Teixeira. **O consenso sobre a noção de “equidistância pragmática” e a política desenvolvimentista de Vargas (1935-1942)**. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). Universidade da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2016. Disponível em: http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/RelInternac_NevesAN_1.pdf. Acesso: 24 abr. 2023.

OLIVEIRA, Dennison de. **Os soldados alemães de Vargas**. 1ª ed. (ano 2008), 3ª reimpressão. Curitiba: Juruá, 2011.

OLIVEIRA NETO, Wilson de. **Crateras, ruínas e metais retorcidos: a guerra aérea aliada e do eixo através das fotografias de imprensa**. 2018. Disponível em: https://www.encontro2018.sc.anpuh.org/resources/anais/8/1535394722_ARQUIVO_EEH2018anais.pdf. Acesso em: 12 set. 2023.

PALMEIRAS. **Palmeiras site oficial**. A arrancada. c2023. Disponível em: <https://www.palmeiras.com.br/a-arrancada-heroica/>. Acesso em: 15 nov. 2023.

PAUL, Ronald. **Auswanderung: aus den regionen des heutigen Rheinland-Pfalz. Das “Brasilienlied”**. c2023. Disponível em: <https://www.auswanderung-rlp.de/ziele-der-auswanderung/auswanderung-nach-brasilien/19-jahrhundert/das-brasilienlied.html>. Acesso em: 10 ago. 2023.

PERAZZO, Priscila Ferreira. **Prisioneiros da guerra: os "súditos do eixo" nos campos de concentração brasileiros (1942-1945)**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Fapesp, 2009.

PERAZZO, Priscila Ferreira. **O perigo alemão e a repressão policial no Estado Novo**. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, 1999. Coleção de Teses e Monografias. v. 1.

PINHEIRO, Letícia. A entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial. In: **Revista USP**. São Paulo, n 26, jun/agos 1995, p. 108-119. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/28153/29964>. Acesso em: 22 ago. 2023.

PROBST, Melissa; FICHT, Raquel. O antigermanismo no período da campanha de nacionalização do Estado Novo (1937-1945). **Veredas da História**, v. 12, n. 1, p. 66-90, jul., 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/rvh/article/view/47856>. Acesso em: 30 mar. 2023.

RAHMEIER, Andrea Helena Petry. **Relações diplomáticas e militares entre a Alemanha e o Brasil: da proximidade ao rompimento (1937-1942)**. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História. PUCRS, 2009.

RECH, Moina Mary Fairon. **Uma janela para o passado**. 1. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

ROSE, R. S.. **O Homem mais perigoso do país: biografia de Filinto Müller, o temido Chefe de Polícia da Ditadura Vargas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

SALAZAR, António Oliveira. **Discursos e Notas Políticas 1928 a 1966** - Obra Completa. Coimbra: Almedina, 2016.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo dicionário de economia**. Editora Best Seller, 1999. Disponível em: https://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/magaldi/GEO_ECONOMICA_2019/dicionario-de-economia-sandroni.pdf. Acesso em: 11 ago. 2021.

SANTOS, Luís Cláudio Villafañe G. **A América do Sul no discurso diplomático brasileiro**. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/nkDMH3w8bQm5bv3hGLryY7J/?format=pdf>. Acesso em: 25 set. 2023.

SILVA, Hélio Ribeiro da. **Vargas: uma biografia política**. Porto Alegre: L&PM, 2004.

SILVA e SILVA, Rafael da. **A educação japonesa em Santos (1908-1943)**. Dissertação (mestrado) - Universidade Católica de Santos, Santos, 2011. Disponível em: <https://tede.unisantos.br/handle/tede/1163>. Acesso em: 15 jan. 2023. **REVER**

SEYFERTH, Giralda. **A assimilação dos imigrantes como questão nacional**. *Mana*. 3(1):95-131, 1997. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-93131997000100004>. Acesso em: 30 ago. 2023.

SEYFERTH, Giralda. Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo. **Repensando o Estado Novo**. Organizadora: Dulce Pandolfi. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999. P. 199-228.

SOARES, W. et al. Italianos no Brasil: síntese histórica e predileções territoriais. In **Revista Educação e Fronteiras**, Dourados, UFGD: v.13, n° 23: 171-199, jan./jun. 2011. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/5882/588265663008.pdf>. Acesso em: 22 set. 2022.

TATSCH, Marcelo. **Biopolítica na Era Vargas: a nacionalização dos imigrantes alemães por meio da educação**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2017. Disponível em: <https://repositorio.unisc.br/jspui/handle/11624/2037>. Acesso em: 17 set. 2022.

TOTA, Antonio Pedro. **O Estado Novo**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

VARGAS, Getúlio. **Proclamação ao povo brasileiro**. Palácio Guanabara. 1937. In:

Biblioteca da presidência da república, Brasília. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=2646791&forceview=1>. Acesso em: 23 jun. 2023.

VARGAS, Getúlio. **A nova política do Brasil II: o ano de 1932; a Revolução e o Norte 1933**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938. v.2, 200 p. Disponível em: <https://bibliotecadigital.seade.gov.br/view/singlepage/index.php?pubcod=10014954&parte=1>. Acesso em: 22 nov. 2023.

VIANNA, Oliveira. **Populações meridionais do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/1108>. Acesso em: 17 set. 2023.

VISCARDI, Cláudia. **O federalismo oligárquico brasileiro: uma revisão da “política do café-com-leite”**. Argentina: Instituto de Estudios Histórico-Sociales – Faculdade de Ciencias Humanas, Universidad Nacional del Centro, 2001. Disponível em: <http://anuarioiehs.unicen.edu.ar/Files/2001/005%20%20Ribeiro%20Viscardi,%20Claudia%20maria%20-%20O%20federalismo%20oligarquico%20brasileiro....pdf>. Acesso em: 12 ago. 2023.

VOGT, Olgário P. **A Colonização Alemã no Rio Grande do Sul e o capital social. 2006**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2006. Disponível em: <https://repositorio.unisc.br/jspui/handle/11624/713>. Acesso: 15 maio 2019. **REVER**

WERMUTH, Maiquel Ângelo Dezordi. As políticas migratórias brasileiras do século XIX ao século XXI: uma leitura biopolítica do movimento pendular entre democracia e autoritarismo. **Revista Direito e Práxis**. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2020/45137>. Acesso em: 17 mar. 2023.

XAVIER SOARES, Tamires. **Lei para todos: tensões trabalhistas entre “súditos do Eixo” e empregadores, durante a Segunda Guerra Mundial, em Pelotas**. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10923/8516>. Acesso em: 11 jul. 2023.

